



1290000495



TCC/UNICAMP M791 s

M791 s

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA



# Situação Ocupacional do Jovem: uma Abordagem da Região Nordeste (1998)

Monografia apresentada por *Ana  
Carmen Navarro de Moraes* à  
disciplina Monografia II, sob  
orientação do Prof. Dr. Waldir José de  
Quadros

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
UNICAMP

Campinas – Janeiro/2001

TCC/UNICAMP  
M791  
IE/495

M791 s

**CEDOC/IE**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA**

**Situação Ocupacional do Jovem: uma Abordagem da  
Região Nordeste (1998)**

*Ana Carmen Navarro de Moraes*

**Orientador: Prof. Dr. Waldir José de Quadros**

**Banca Examinadora: Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves**

**Campinas – Janeiro/2001**

*Aos jovens desse país, e sobretudo aos da região Nordeste, que são obrigados a ingressar precoce e precariamente no mundo do trabalho, enfrentando os efeitos perversos da falta de perspectivas e da crescente exclusão social*

## **AGRADECIMENTOS**

Elaborar uma monografia é uma experiência fundamental na formação de qualquer aluno: é um momento de reflexão, de explicitação de dificuldades, de crescimento em termos de maturidade intelectual. Neste meu processo, por vezes conturbado, pude contar com o apoio, carinho e torcida de pessoas muito queridas. Reconheço essas preciosas contribuições, agradecendo:

Ao meu marido Edvaldo, companheiro de todas as horas com quem pude/posso dividir sonhos e inquietações e descobrir, a cada dia, a beleza de amar; agradeço sua quase infinita paciência e seu incentivo para que eu superasse alguns de meus limites.

À minha mãe Ignez, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos decisivos da minha vida, interferindo sem nunca me desrespeitar, incentivando-me a não temer desafios, oferecendo apoio sem eu precisar pedir e sofrendo junto comigo a angústia do término deste trabalho, passando, inclusive, madrugadas revisando meu texto.

Ao meu pai João Leonardo, que, mesmo à distância, torce e acredita muito em mim (às vezes mais do que eu mesma); com ele aprendi a caminhar de cabeça erguida mesmo diante de adversidades e sua presença, ainda que não física, foi fundamental no controle da ansiedade desta reta final.

Ao Paulo, irmão muito amado, que muito me apoiou, sabendo sempre o que dizer e como confortar, em momentos difíceis de minha vida;

Ao Lineu, companheiro de minha mãe, agradeço a valiosa leitura e comentários acerca deste trabalho e a torcida sincera .

À minha avó Naurinha, que sempre pede por mim em suas preces.

Aos meus professores, que muito contribuíram para a minha formação, em especial ao Prof. Waldir Quadros, meu orientador e exemplo de seriedade; agradeço o incentivo e o aprendizado destes últimos anos. Ao Prof. José Ricardo, agradeço as sugestões e comentários oportunos feitos durante a defesa deste trabalho.

Enfim, reconheço o apoio das minhas amigas Carolina, Daniela, Elisa e Liciane e do meu amigo Ogata, sempre solícito e disposto a me “socorrer” dos meus atrapalhos técnicos; do colega Gori, que “rodou” os dados do Nordeste pra mim.; do Licério e da Ana, funcionários do Cesit, que sempre me trataram muito bem; e da Conceição e do Daniel, que trabalham no xerox do Instituto e já me “acudiram” inúmeras vezes.

A todos vocês, o meu “MUITO OBRIGADA”!!!

## SUMÁRIO

<b><i>Introdução</i></b>	<b>1</b>
<b><i>Capítulo 1: A Evolução Histórica do Mercado de Trabalho Brasileiro</i></b>	<b>4</b>
1.1. Linhas gerais do mercado de trabalho: das origens ao final dos anos 70	5
1.2. Aspectos relevantes do mercado de trabalho nos anos 80	8
1.3. As transformações dos anos 90 e seus impactos no mercado de trabalho	13
<b><i>Capítulo 2: A Região Nordeste e seu Processo de Formação</i></b>	<b>22</b>
2.1. A fase de isolamento relativo	24
2.2. O Nordeste num contexto de articulação comercial	25
2.3. A integração produtiva: condicionantes e conseqüências	28
<i>Transformações no mercado de trabalho</i>	31
<i>O processo de desconcentração espacial</i>	33
2.4. A questão regional e sua importância	36
<b><i>Capítulo 3: Um Cenário Ocupacional do Jovem Nordestino em 1998</i></b>	<b>40</b>
3.1. Esclarecimentos metodológicos	41
3.2. Alterações na inserção ocupacional do jovem nos anos 90	45
3.3. O jovem nordestino de 15 a 19 anos: situação ocupacional em 1998	49
3.3.1. Estrutura ocupacional individual	50
3.3.2. Estrutura ocupacional familiar	65
<b><i>Considerações Finais</i></b>	<b>76</b>
<b><i>Bibliografia</i></b>	<b>81</b>

## **Introdução**

Assiste-se, na década de 1990, a uma implementação do programa neoliberal do Consenso de Washington, marcando a “ruptura do projeto estratégico de industrialização nacional” (Pochmann & Mattoso, 1998: 238) e abrindo um novo período para o desenvolvimento econômico, no qual conviveriam continuamente processos de desestruturações e reestruturações, tanto do parque produtivo como do mercado de trabalho brasileiro, favorecidos, entre outros fatores, pela política de abertura comercial/financeira. Contudo, análises mais gerais indicam a dominância dos aspectos desestruturadores da produção nacional e do emprego. Além disso, essa nova configuração, apesar de imprecisa, tem se mostrado incapaz de dotar o capitalismo brasileiro de capacidade de crescimento econômico.

No mundo do trabalho configura-se, de forma mais acentuada, uma “crise do emprego”, que tende a se manifestar através do fenômeno do desemprego aberto. Seus condicionantes básicos podem ser sintetizados pela mudança qualitativa na composição técnica do capital e pelo aumento da concorrência econômica que, associados, fazem com que a incorporação do progresso técnico provoque desemprego nos setores já existentes.

Deste modo, para se analisar a situação do jovem brasileiro, nos anos 90, no que diz respeito a sua entrada no mundo do trabalho, é mister se considerar o processo de desestruturação do mercado de trabalho. Este é definido por Pochmann como sendo

*“o movimento combinado de expansão das taxas de desemprego aberto, de desassalariamento (perda de participação relativa do emprego assalariado no total da ocupação) e de geração insuficiente e, na maioria das vezes, de postos de trabalho precários”* (Pochmann, 1998: 4).

Na perspectiva de fundamentar essa abordagem da problemática ocupacional do jovem, buscou-se configurar, no capítulo 1, as especificidades do mercado de trabalho brasileiro, apontando as linhas gerais de seu processo de formação e as características mais importantes de seu comportamento nas décadas de 1980 e 1990. Com essa mesma preocupação, tentou-se, no capítulo 2, reunir elementos teóricos e históricos que configurassem a questão regional, de modo a identificar as origens e repercussões das desigualdades regionais. Estes dois capítulos objetivam fundamentar o estudo da situação ocupacional da juventude nordestina no ano de 1998, objetivo principal desta monografia (capítulo 3).

A importância dessa contextualização prévia deve-se à necessidade de identificar elementos que elucidem o comportamento do mercado de trabalho na década de 1980 e as transformações profundas no mundo do trabalho vivenciadas na década de 1990, tendo em vista o componente estrutural da crise que se instala no mercado de trabalho e que, como já salientado, repercute em seu segmento juvenil.

Tendo em vista que esses elementos desestruturantes não se concretizam de forma homogênea na totalidade da força de trabalho e nem, tampouco, nas distintas regiões do país, este esboço de estudo analítico tenta apreender, no capítulo 3, a intensidade dos efeitos dessa desestruturação no segmento jovem, de 15 a 19 anos, da População Economicamente Ativa (PEA) no Nordeste, enfocando a sua situação ocupacional no ano de 1998, e buscando identificar de que forma a precarização e o desemprego juvenil agravam as condições de ingresso e permanência do jovem nos segmentos organizados do mercado de trabalho. O pressuposto norteador dessa abordagem é o de que se configura, nos anos 90, uma crise sem precedentes de "reprodução social", que se expressa em uma imensa dificuldade de as gerações mais novas sustentarem as condições sociais de suas famílias de origem. Assim, grande parcela do segmento juvenil da PEA acaba trabalhando em empregos mal remunerados, não conseguindo "estabilizar a relação de emprego e progredir num campo específico de trabalho, que no passado foi possível para uma população relativamente menos educada" (Baltar & Mattoso, 1997: 310).

É importante salientar que o corte dessa análise é regional, isto é, concentra-se no jovem nordestino, tendo em vista que existem desigualdades entre as regiões que vêm se acentuando consideravelmente e que o Nordeste se notabiliza pela sua extrema miséria e exclusão social. Neste esforço de exercício analítico da situação ocupacional do jovem nordestino, foi adotada a metodologia utilizada por Quadros (2000), que contribuiu sobremaneira para a montagem do cenário, em que ocorre a precarização e o desemprego na população brasileira e nordestina e para a identificação dos contornos desses problemas sociais na região.

Nas considerações finais, são destacadas as principais diferenças encontradas na situação ocupacional da população jovem, de 15 a 19 anos, do Nordeste. Tomando-as como indicadores significativos, é possível inferir – dentro dos limites deste estudo – que as desigualdades regionais comprometem ainda mais a já precária situação ocupacional dos jovens, reduzindo substancialmente as possibilidades históricas de um desenvolvimento social integrador (ou includente) no país.

## **Capítulo 1**

### **A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Entender o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e suas transformações recentes requer uma análise de seus elementos estruturantes, isto é, daqueles que conformam as suas particularidades. Isto significa que a questão do emprego deve ir além do problema do desemprego aberto, ou seja, precisa não abstrair que os salários da maioria da população são extremamente baixos e que existe um “excedente estrutural de mão-de-obra” que favorece a informalidade, a marginalidade e a exclusão social.

Neste sentido, é fundamental explicitar o caráter periférico da economia brasileira, no intuito de apontar a existência de uma relação entre a dependência externa (técnica, financeira e cultural) e o funcionamento do mercado de trabalho, que se expressa nas associações entre industrialização e superação da dependência e do problema do emprego. Assim, enquanto periferia, a sociedade brasileira é marcada por uma forte heterogeneidade estrutural, na medida em que existe um amplo segmento de trabalhadores vinculados a atividades de baixa produtividade econômica. Essa heterogeneidade contribui, entre outros fatores, para que nem toda a PEA seja incorporada no processo de desenvolvimento. Tem-se também que o processo de acumulação de capital na periferia não se mostra capaz de gerar escassez relativa de trabalho, que favoreceria alguma tentativa de homogeneização social (Rodríguez, 1981).

Ainda neste esforço de apontar as tendências gerais do comportamento do mundo do trabalho no Brasil, é necessário destacar a importância da questão agrária, que é fundamental para se entender o caráter excludente do mercado de trabalho, a origem das desigualdades regionais e, conseqüentemente, da concentração da pobreza na região Nordeste. É necessário considerar, enfim, que o mercado de trabalho brasileiro é fortemente marcado por essa heterogeneidade que, fruto de uma herança social, impede o desenvolvimento de criar

homogeneização provocando, ao contrário, desigualdades que, desde o período colonial, não foram superadas. Deste modo, na análise histórica das principais características e do funcionamento do mercado de trabalho a ser feita, deve-se ter sempre claro que a exclusão social e o excedente de mão-de-obra são características estruturais da sociedade brasileira.

### **1.1. Linhas gerais do mercado de trabalho: das origens ao final dos anos 70**

Visando a contextualização histórica do tema, é importante elaborar um panorama geral, destacando os aspectos relevantes da conformação do mercado de trabalho no Brasil e das características que condicionam a sua evolução. O mercado de trabalho brasileiro se conforma no final do século XIX, com a emergência do trabalho assalariado. Nesta fase primário-exportadora da economia nacional, observa-se uma combinação de um setor atrasado com um moderno, que contribuía para a formação de um mercado de trabalho desfavorável aos trabalhadores. De acordo com Oliveira,

*“[...] a oferta ilimitada de mão-de-obra desejosa de abandonar o setor tradicional pressionava o mercado de trabalho no núcleo capitalista exportador, impedindo que os salários desse setor crescessem, acompanhando os aumentos de produtividade” (Oliveira, 1998:115).*

Evidencia-se, então, um elemento que explica a tendência a baixos salários. Um outro ponto central (inclusive até os dias atuais) é, como já foi levantado, a questão agrária, mantida presente pela não eliminação do latifúndio, que inviabilizava a formação de uma pequena camada de pequenos proprietários livres no campo. Além desse problema, convém ressaltar o papel exercido pela imigração externa na formação do mercado de trabalho assalariado. Tanto na indústria nascente quanto no setor de serviços deste mercado assalariado, havia uma significativa preferência pelos imigrantes estrangeiros.

Dos anos 30 aos 60, vivencia-se o processo de industrialização, que criou anseios no sentido de superação do atraso e da miséria, baseados na convicção de que a indústria garantiria crescimento econômico e ganhos de produtividade. No entanto, nas suas duas fases<sup>1</sup> (a restringida e a pesada), ficou clara a incapacidade de a indústria homogeneizar a estrutura social<sup>2</sup> e de transferir os ganhos de produtividade aos salários. Concomitantemente à industrialização, assistiu-se a um processo de urbanização intenso e caótico, com processos migratórios extremamente velozes, favorecendo o caráter excludente do mercado de trabalho urbano e a incapacidade de incorporar o conjunto dos trabalhadores no desenvolvimento econômico.

O período 1950/80 costuma ser caracterizado pelo seu notável dinamismo, principalmente na década de 1970, na qual vivia-se a fase do “milagre econômico”<sup>3</sup>, com formalização crescente, isto é, com elevadas taxas de crescimento do emprego formal. Verificava-se, também, uma diversificação da estrutura do emprego urbano e uma elevação da participação do setor terciário moderno. Todavia, o intenso dinamismo e o também intenso processo de mobilidade social foram acompanhados por um outro processo de exclusão social, marcado pelo arrocho na base salarial, pelo aumento da concentração de renda e pela repressão política. Isto porque a velocidade do processo de urbanização depositou nas cidades um contingente elevado de trabalhadores que não foi absorvido, totalmente, pelo mercado de trabalho formal. Além disso, os efeitos do “milagre” no tocante ao mercado de trabalho se distribuíram regionalmente de forma desigual. São essas, então, as principais características da evolução do mercado de trabalho até o final dos anos 70.

---

<sup>1</sup> Sobre o funcionamento do mercado de trabalho durante a industrialização restringida, conferir Baltar & Dedecca (1992).

<sup>2</sup> A não ocorrência da tendência à homogeneização não deve ser atribuída à falta de dinamismo, dado que, sobretudo a partir dos anos 60, o mercado de trabalho se mostrou bastante dinâmico. As elucidações para esta questão devem ser buscadas em fatores como a organização social agrária e as heranças do escravismo colonial, enfim, nas especificidades estruturais do mercado de trabalho brasileiro.

<sup>3</sup> Quanto à questão dos efeitos do “Milagre” sobre a dinâmica do mercado de trabalho e sobre as disparidades regionais, ver Quadros (1991).

Antes de entrar na discussão das especificidades dos anos 80 e 90 e das relações dessas décadas com as anteriores, convém, ainda, tratar sucintamente do papel do regime militar na dinâmica do mercado de trabalho e na determinação dos salários. Neste aspecto, duas características se destacam: o bloqueio à ação sindical e a eliminação da legislação referente à estabilidade no emprego. Através da repressão, anulava-se a representação política dos trabalhadores e se permitia a existência de um regime de gestão da mão-de-obra que gerava insegurança, na medida em que assegurava a possibilidade de rotatividade sem custos adicionais oriundos de legislação.<sup>4</sup> Esta, associada ao excedente de mão-de-obra, tornou o mercado de trabalho mais flexível. Além dessa flexibilidade, outra consequência das medidas tomadas pelo regime militar (sobretudo o rebaixamento do salário mínimo) se evidencia na abertura do leque salarial, intensificando, assim, o perfil regressivo da distribuição de renda.

Nesta perspectiva, a afirmação de Oliveira (1988:123) sobre a existência de “[...] um grande descompasso entre a capacidade de produzir riqueza, o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as manifestações de pobreza, o que torna a sociedade brasileira uma combinação gritante de afluência e miséria”, sintetiza muito bem o significado das mudanças ocorridas no período enfocado.

Uma última questão importante é a da acomodação dos conflitos sociais. A idéia básica é a de que o crescimento econômico desse período atenuou as tensões através da mobilidade social que, no campo, se expressava via possibilidade de expansão da fronteira agrícola e, nas cidades, através do aumento dos postos de trabalho (sobretudo os de classe média).

Em suma, a análise do funcionamento do mercado de trabalho nos anos 80 e 90 deve considerar os aspectos já abordados. Afinal, não obstante as novidades, é importante não abstrair algumas dessas características marcantes da sociedade brasileira, como a heterogeneidade estrutural e a cada vez mais crescente pobreza absoluta. É dessa perspectiva que se deve buscar

---

<sup>4</sup> Os impactos da ação do regime militar sobre o mercado de trabalho são discutidos mais profundamente por Oliveira (1998).

compreender a estagnação econômica, a preservação da estrutura produtiva dos anos 80 e as políticas dos anos 90 que, além de manterem a estagnação, provocam transformações substanciais na estrutura produtiva, acentuando as já discutidas características do mercado de trabalho brasileiro.

## 1.2. Aspectos relevantes do mercado de trabalho nos anos 80

Tendo em vista os elementos históricos abordados no item anterior, percebe-se que, a partir do pós-guerra até o final dos anos 70, o Brasil, não obstante o agravamento da concentração de renda e da exclusão social, transformou-se em uma economia urbana, industrial e com elevada capacidade de geração (inclusive e sobretudo) de empregos formais, mostrando-se capaz de incorporar ao mercado de trabalho grande parte da população que se ampliava bastante, em função do alto crescimento demográfico e do intenso êxodo rural. Contudo, na década de 1980, essa dinâmica do mercado de trabalho é alterada: tem-se, pela primeira vez, o desemprego urbano, acompanhado de um processo de precarização, ou seja, de aumento da informalidade.

A economia brasileira nos anos 80 sofreu, evidentemente, o impacto da emergência de um novo padrão produtivo e tecnológico em escala internacional<sup>5</sup>, que tende a impor aos países a necessidade de uma reestruturação produtiva capaz de proporcionar uma inserção externa favorável, no contexto de um processo de globalização produtiva e financeira<sup>6</sup>. A questão da reestruturação produtiva brasileira é tratada por Leite (1994), que faz uma periodização do processo, mostrando que o período de 1984/85 a 1988 corresponde à segunda fase da suposta reestruturação<sup>7</sup>. No entanto, a liderança desse processo se

---

<sup>5</sup> Na literatura econômica, este "fenômeno" é, muitas vezes, denominado de "Terceira Revolução Industrial".

<sup>6</sup> O Brasil só faz as políticas necessárias à entrada no mundo globalizado nos anos 90, com o intuito de, via concorrência externa, promover uma modernização.

<sup>7</sup> As características mais importantes dessa fase dizem respeito a: difusão rápida dos equipamentos (MFCN, robôs e sistemas CAD/CAM) e de novas formas organizacionais (*just in time*, celularização da produção, organização de famílias de peças – tecnologia de grupo – e

concentrava no complexo automotivo e sua “ponta” se localizava nas grandes empresas exportadoras.

Além disso, a autora aponta que havia uma forte resistência por parte do empresariado em adotar medidas que permitissem uma efetiva participação dos trabalhadores nas decisões. É salientada a dificuldade de o patronato abandonar as técnicas de controle da mão-de-obra como o recurso indiscriminado às demissões (como meio de enfrentar as crises econômicas), que se traduz em altas taxas de rotatividade; e as políticas salariais cujas bases eram as “complexas estruturas de cargos e salários, voltadas a dividir os trabalhadores e estabelecer competição entre eles”. Considerando essas características, Leite chama a reestruturação brasileira de “modernização conservadora”, dado o seu caráter limitado e reativo. No tocante às implicações desse processo, esta autora aponta conseqüências negativas sobre a produtividade e a qualidade da indústria brasileira. Já as mudanças nas relações de trabalho são atribuídas mais às “lutas operárias e às mudanças político-institucionais” (decorrentes da democratização) do que ao emprego de novas tecnologias (Leite: 1994: 567-70).

Deste modo, sem desconsiderar as tentativas de reestruturação, a abordagem dos anos 80 aqui feita está baseada na idéia de que, nesta década, deu-se uma desarticulação do padrão de acumulação vigente desde meados dos anos 50, sem que ocorressem processos de desindustrialização ou reestruturação industrial em larga escala, ou seja, a estrutura produtiva industrial *foi grosso modo* preservada (Mattoso, 1995: 137). Esta desarticulação se expressou no esgotamento do dinamismo da economia brasileira e na incapacidade de o Estado (imerso na crise da dívida externa) orientar o crescimento econômico.

A gestão econômica dos anos 80, apesar de seu caráter oscilante oriundo das resistências sociais, mostrou-se

*“predominantemente solidária com os grandes credores internacionais e sua lógica financeira. Além disso, terminou por ignorar as profundas*

---

incorporação do Controle Estatístico de Processo – CEP). A idéia subjacente era modernizar o parque industrial. Cf. Leite (1994: 567-69).

*mudanças que ocorriam nos países avançados (ou quando muito considerando-as passageiras), evitando quaisquer projetos estratégicos e negociados de mudanças estruturais e de um novo padrão de desenvolvimento [...]” (Pochmann & Mattoso, 1998:221/22).*

Isto ressalta a preservação da estrutura produtiva, não obstante a modernização de alguns segmentos, sobretudo o das grandes empresas internacionalizadas.

Estes autores consideram essa preservação um fator crucial para se entender a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro nos anos 80, na medida em que esta esteve vinculada às oscilações do nível de atividade econômica industrial. O fato notório é que se rompe o dinamismo do emprego associado à trajetória de crescimento das décadas anteriores e se configura um processo de agravamento das condições gerais do mercado de trabalho.<sup>8</sup> Esse desempenho do mercado de trabalho se expressa em uma redução do emprego industrial; um aumento do peso relativo dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (ampliação do setor informal); uma deterioração do poder de compra dos salários e um desemprego, acompanhado de precarização, que esteve limitado às oscilações cíclicas. Mattoso aponta ainda alguns “efeitos compensatórios”, além da manutenção da estrutura produtiva, que impediram que essa deterioração fosse ainda mais intensa: crescimento mais lento da população nos centros urbanos e elevação do emprego no setor público (Mattoso, 1995:138).

A vinculação do desempenho do mercado de trabalho às flutuações cíclicas pode ser visualizada através de uma periodização, elaborada por Mattoso, que divide a década de 80 em três ciclos breves: 1) até 1983: tem-se o ajustamento do setor externo com redução do produto industrial, do PIB e do PIB per capita;

---

<sup>8</sup> Autores como Amadeo e Camargo enfatizam que a capacidade de a economia brasileira gerar empregos na década de 80 foi surpreendente, de modo que o problema do emprego nos anos 80 estaria relacionado à qualidade e não à quantidade dos postos de trabalho ofertados e que a taxa de desemprego e o grau de informalização foram relativamente baixos (Amadeo et alii: 1994). Tendo em vista a opção por um outro enfoque analítico que extrapola a questão da geração de empregos, não será considerado, neste trabalho, este tipo de abordagem sobre o funcionamento do mercado de trabalho.

neste período, o desemprego atingiu as taxas mais elevadas e as condições de trabalho foram deterioradas (aumento do trabalho informal e queda do poder aquisitivo dos salários); 2) 1984-86: ciclo em que a recuperação econômica, favorecida pelo aumento das exportações (com importações em queda), associada à recomposição das atividades industriais, levou à elevação do emprego industrial, à redução do desemprego com alguma recuperação do mercado de trabalho (expressa pelo aumento do salário mínimo e do salário médio real); e 3) 1987-89: ciclo marcado pela paralisação, pela estagnação econômica e pelo retorno às políticas ortodoxas, com forte recrudescimento inflacionário e agravamento da crise cambial; nesta fase, o mercado de trabalho acompanhou a estagnação do nível de produção, mas manteve patamares relativamente baixos de desemprego (Mattoso, 1995:138-41).

Uma análise do mercado de trabalho nos anos 80, sob a ótica do nível e da estrutura da ocupação, pode ser encontrada nos trabalhos de Baltar e Henrique, cuja primeira constatação é a de que a população inserida no mercado de trabalho destina-se às atividades não-agrícolas, de modo que “a agricultura vem perdendo cada vez mais, e provavelmente de forma inexorável, sua capacidade de oferta de emprego”. No que diz respeito às ocupações não-agrícolas, os autores apontam para expressivas modificações setoriais (associadas à estagnação econômica): 1) crescimento mais lento do nível de ocupação na indústria de transformação e na construção civil, caracterizando uma reversão das tendências de expansão rápida no setor secundário vigentes nas décadas de 50 a 70; e 2) aumento da participação relativa de ocupações no comércio de mercadorias, nas atividades sociais e na administração pública.

De um modo geral, tem-se perda de posição do emprego formal com aumento da participação do emprego informal (sobretudo através da elevação do número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e de trabalhadores conta própria entre as ocupações não-agrícolas. Essa informalização, associada ao lento crescimento do emprego formal e à proliferação do trabalho autônomo,

ocorre em todos os setores<sup>9</sup> de atividades urbanas, sendo mais intensa nos ramos do setor secundário, que apresentaram menor crescimento da ocupação nos anos 80. Já a redução mais forte da proporção do emprego formal decorre sobretudo da estagnação do emprego com carteira de trabalho assinada, apesar de sofrer influência do célere crescimento do emprego informal. Todavia, é importante destacar que a estagnação econômica da década de 80 não provocou uma redução absoluta do emprego formal: o que ocorreu foi um declínio de sua participação relativa na ocupação total (Baltar & Henrique, 1994:605-609).

Quanto à questão da distribuição de renda, pode-se dizer que, na década de 80, verificou-se um substancial aumento da desigualdade da distribuição da renda, em função também das já analisadas alterações ocorridas na estrutura de ocupações não-agrícolas<sup>10</sup>. A idéia é que o comportamento da estrutura dessas ocupações evidencia o agravamento do problema do emprego no mercado de trabalho urbano, no sentido de que o crescimento do emprego formal não se mostrou suficiente para absorver o incremento da população ativa, desconsiderando-se o aumento dos trabalhadores sem carteira e dos conta própria (Baltar & Henrique, 1994: 609/615).

Essas tendências verificadas na década 80 tiveram repercussões no movimento sindical. Ainda segundo Baltar e Henrique (1994), a perda de importância do assalariamento (em função sobretudo da redução do nível do emprego industrial), combinada ao crescimento da informalidade, dificulta a sindicalização dos trabalhadores. Dito de outro modo,

*“a crise contemporânea do Brasil provocou uma desvalorização global do trabalho assalariado com implicações sobre as condições de vida de um importante segmento da população, inclusive sobre sua capacidade*

---

<sup>9</sup> Exceto nos setores de Transportes e Comunicação.

<sup>10</sup> Neste ponto, há discordâncias entre autores. Camargo e Amadeo divergem da visão de Baltar e Henrique apresentada acima, na medida em que desconsideram a possibilidade de o funcionamento do mercado de trabalho com as características estruturais do mercado brasileiro gerar e acentuar desigualdades salariais e de distribuição de renda. Para esses autores, o elemento gerador das desigualdades se materializa no sistema educacional.

*de organização no trabalho, colocando dificuldades adicionais para o movimento sindical” (Baltar e Henrique, 1994:618).*

Contudo, e apesar da crise econômica (estagnação somada à inflação), o movimento sindical logrou se recuperar dos limites impostos pelo regime militar, alcançando níveis crescentes de ação e organização nacional. Pochmann e Mattoso apontam, como fatores positivos: aumento do número de sindicalizados, novos movimentos de greve e novas formas de negociação com os empresários. Além disso, esses autores destacam a importância do movimento sindical que, juntamente com a expansão de novos movimentos sociais e com a relativa resistência da sociedade às tentativas de desestruturação neoliberal, contribuíram para a preservação da estrutura produtiva, que, por sua vez, condicionou a dinâmica do mercado de trabalho durante a década de 1980 (Pochmann & Mattoso, 1998: 223).

Enfim, a crise brasileira dos anos 80 significou uma “crise de esgotamento de um padrão de desenvolvimento excludente, associada à eclosão da Terceira Revolução Industrial em meio à ofensiva conservadora nos países avançados” (Mattoso, 1995:142). Nas palavras de Pochmann e Mattoso,

*“Os anos 80 foram, portanto, um longo período de interregno entre a crise do padrão de desenvolvimento construído no pós-guerra e a desestruturação liberal que irá se suceder nos anos 90” (Pochmann e Mattoso, 1992: 223).*

### **1.3. As transformações dos anos 90 e seus impactos no mercado de trabalho**

No plano internacional, assiste-se, durante a década de 1990, a um processo de globalização financeira, que resulta da interação de dois movimentos básicos: uma crescente liberalização financeira (no plano doméstico) e uma também crescente mobilidade dos capitais (no plano externo). Carneiro (2000) define-a

como uma ordem econômica marcada pela eliminação das restrições à referida mobilidade. Tem-se um aumento contínuo das transações cambiais, uma predominância dos fluxos brutos de capitais internacionais e a conformação de um capitalismo menos dinâmico e mais instável.

O processo brasileiro de liberalização, cuja dimensão mais expressiva foi a abertura financeira<sup>11</sup> e comercial, ocorreu nos anos 90 e de uma forma muito intensa. Para entender o comportamento do mercado de trabalho nessa década é necessário considerar o papel do processo de abertura comercial. Uma primeira consideração visa contextualizar esse processo, mostrando que o mesmo está inserido no novo modelo de desenvolvimento, cujo “motor primordial” está materializado na concorrência internacional. A idéia do modelo é a de que a abertura comercial, que ocorre através de uma redução geral das tarifas, seria capaz de facilitar tanto o acesso ao mercado externo quanto a entrada de novos produtores no mercado interno (antes protegido), estimulando, assim, a concorrência que, por sua vez, levaria as empresas domésticas a um processo de reestruturação que as conduziria, enfim, à tão almejada modernização.

Pochmann e Mattoso fazem uma síntese dos estudos recentes sobre a problemática da reestruturação produtiva no Brasil na década de 1990. De um modo geral, os autores<sup>12</sup> que tratam dessa questão avaliam que, nesta década, ocorreu uma intensificação da substituição de equipamentos (atingindo algumas empresas de porte médio e internacionalizadas); a implantação, em 1990, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), que tende a provocar uma focalização da produção (manifestada na terceirização, na subcontratação e na desverticalização), alterando as relações de trabalho; e uma “restrita difusão da automação industrial” combinada com uma “ampla adoção de novos programas de gestão da produção e da mão-de-obra” (Pochmann & Mattoso, 1998: 235).

---

<sup>11</sup> Carneiro aponta como principais elementos dessa abertura financeira brasileira a “ampliação da conversibilidade da conta capital”; as “mudanças na evolução e composição dos fluxos de capital”; a “desnacionalização do setor bancário”; e a “substituição monetária” (Carneiro, 2000: 43-74).

<sup>12</sup> Pochmann e Mattoso destacam: Erber (1991); Fleury & Humphrey (1993); Salerno (1991); Leite (1993 e 1997); Valle (1996); Coutinho & Belluzzo (1996), entre outros. Cf. Pochmann & Mattoso (1998: 234-236).

Retornando à periodização de Leite (usada na análise da década de 1980), pode-se considerar os anos 90 como sendo a terceira fase do processo de reestruturação brasileiro. Segundo a autora, esta fase é marcada por uma concentração de esforços<sup>13</sup> das empresas nas “estratégias organizacionais” e na adoção de novas formas de gestão da mão-de-obra (mais compatíveis com as “necessidades de flexibilização do trabalho e com o envolvimento dos trabalhadores com a qualidade e a produtividade”). Em relação aos esforços, os mais integrados se consubstanciam na introdução do Programa de Qualidade Total. Além disso, tem-se um “movimento de descentralização das empresas”<sup>14</sup>, que atinge não apenas as áreas ligadas aos serviços, como também o setor produtivo. Essa autora destaca, ainda, uma tendência à terceirização que representa, não obstante o esforço de modernização dos pequenos fornecedores, uma forte precarização das condições de trabalho.

Enfim, Leite refere-se ao processo de reestruturação brasileira, nos anos 90, como heterogêneo e limitado, no qual os esforços das empresas no sentido de uma “estabilização da mão-de-obra” expressam apenas preocupações com a qualificação dos trabalhadores e sua capacitação para o trabalho e os programas de treinamento evidenciam um acentuado “caráter disciplinador”, que objetiva “desenvolver no trabalhador um espírito de cooperação e parceria com a empresa”. Há também uma resistência das empresas em “melhorar os níveis salariais em consonância com os novos métodos de produção e de trabalho”; e uma “tendência à diminuição das taxas de rotatividade convivendo muitas vezes com processos de demissões em massa” (Leite, 1994: 573-579).

Uma análise mais ampla do processo de reestruturação produtiva conduz à percepção de que a mesma se concentra em “alguns segmentos dinâmicos e internacionalizados e nos grupos de empresas líderes”, de modo que o restante do setor produtivo tende a ficar “marginalizado de condições adequadas de

---

<sup>13</sup> Tais esforços foram impulsionados pelo aprofundamento da crise econômica, que provocou a diminuição do mercado interno, “forçando as empresas a se voltar para o exterior”; e pela “política de abertura adotada pelo governo Collor”, que “obrigou as empresas a melhorar suas estratégias de produtividade e qualidade para fazer frente à concorrência internacional” (Leite, 1994: 573).

<sup>14</sup> As razões que motivaram essa descentralização encontram-se em Salerno, 1991: 92.

financiamento e de acesso aos programas tecnológicos” e a “permanecer associado às estratégias empresariais defensivas”, ainda que estas levem à continuidade/intensificação do “uso predatório da mão-de-obra como forma de obtenção de ganhos adicionais de produtividade”. Enfim, de um modo geral, tem-se um “ambiente desfavorável ao investimento produtivo e à competitividade nacional”, no qual “as empresas com menor capacidade competitiva optariam por privilegiar estratégias de adaptação limitadas e de sobrevivência” (Pochmann & Mattoso: 236).

Desta forma, um número considerável de empresas, na medida em que se viram em posição de desvantagem em relação aos competidores internacionais,

*“privilegiaram um reordenamento produtivo e do processo de trabalho unilateral, acentuadamente heterogêneo, com poucas sinergias externas, fundado tanto em estratégias de curto prazo, com constante pressão para a redução dos custos do trabalho, quanto em competitividade via preços. Ao invés de uma dinâmica integrada e diversificada, assiste-se a um movimento passivo de especialização industrial, com redução e fechamento de linhas de produção para trás da cadeia produtiva”* (Pochmann & Mattoso, 1998: 214).

A idéia central desses autores é a de que, junto com o processo de modernização empresarial (sobretudo nas grandes empresas), ganha força uma “desarticulação significativa das cadeias produtivas” associada à “ampliação do grau de heterogeneidade no interior da economia nacional” (Pochmann e Mattoso, 1998: 224).

Feita essa discussão acerca da questão da reestruturação/desestruturação, pode-se passar à abordagem mais pormenorizada dos impactos desse reordenamento dos processos produtivos e de trabalho sobre o mercado de trabalho brasileiro. Antes disso, porém, é conveniente especificar alguns efeitos da abertura comercial sobre a economia brasileira, tendo em vista que, direta ou indiretamente, tais efeitos afetam a dinâmica do mercado de trabalho. Carneiro destaca basicamente quatro grupos de efeitos. O primeiro diz respeito à

especialização produtiva: considerando que abertura comercial traz consigo eliminação das barreiras não-tarifárias (principal instrumento de proteção), abolição do anexo C<sup>15</sup>, redução dos regimes especiais de importação e um processo extremamente rápido de redução das tarifas, não é de surpreender que ela provoque impactos na indústria. Isto se dá através de um crescimento muito rápido do coeficiente importado (que se traduz em um “esgarçamento” das cadeias produtivas, ou especialização da produção, generalizada, mas que se concentra nos setores industriais mais dinâmicos, isto é, os intensivos em capital e tecnologia) e de um crescimento moderado do coeficiente exportado (que expressa a permanência de uma maior importância do mercado interno *vis-à-vis* o externo). Assim, as mudanças na estrutura industrial ocorrem no sentido de aumentar a fatia dos setores intensivos em recursos naturais.

Essas transformações na estrutura produtiva fazem com que a abertura comercial provoque um segundo grupo de efeitos relativos à inserção externa. Esta se agrava, na medida em que ocorre uma queda generalizada da taxa de comércio externo para todos os setores industriais. As mudanças na inserção externa se verificam através da ocorrência de um elevado crescimento das importações<sup>16</sup> (acima da média mundial), concomitantemente a um menor dinamismo das exportações<sup>17</sup>, o que acarreta uma deterioração do saldo comercial (considerado por Carneiro como sendo uma “medida síntese” dos efeitos das mudanças na estrutura de comércio exterior).

Os dois outros tipos de efeitos dizem respeito à estrutura da propriedade e à dinâmica do investimento e do crescimento econômico. Em relação ao primeiro tipo, tem-se que a abertura comercial associada ao processo de liberalização financeira provoca uma expansão do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), mas sob a forma de fusões e aquisições transfronteiriças (1994/95) e de privatizações

---

<sup>15</sup> Este anexo proibia a importação de produtos para os quais havia um “similar nacional”.

<sup>16</sup> As importações passaram a se concentrar em bens intensivos em capital e tecnologia e a se originar dos países desenvolvidos.

<sup>17</sup> Já as exportações se restringiram praticamente a bens intensivos em trabalho e recursos naturais, sendo que, em sua maioria, se destinavam aos países subdesenvolvidos. Este comportamento das exportações e importações se assemelha ao que se verifica no sistema de divisão internacional do trabalho anterior a 1930.

(1996/98). O seu resultado foi uma desnacionalização da propriedade das empresas locais, agravando o desmonte, via aumento significativo do peso da grande empresa estrangeira na nova configuração, do padrão de desenvolvimento, baseado no “tripé” que sustentou, até os anos 80, a produção industrial do país. No tocante à dinâmica do investimento, verifica-se um baixo dinamismo, ao lado da “desarticulação dos macro setores”, ocasionando uma perda dos efeitos de encadeamento da estrutura produtiva. No período 1995/97, teve-se uma elevação da taxa global de investimento com a remoção de gargalos produtivos. Contudo, tratava-se de um ciclo de curta duração, pois nos anos seguintes a taxa volta a cair. No geral, a performance do investimento mostrou-se medíocre, colaborando para um crescimento econômico insustentável (Carneiro, 2000: 75-108).

Esse processo de retração das atividades produtivas, acompanhado de um desmonte de algumas estruturas preexistentes, afeta sobremaneira a capacidade de a economia brasileira gerar empregos<sup>18</sup>, agravando o processo de desestruturação do mercado de trabalho. Deve-se considerar, em primeiro lugar, que os impactos das transformações dos anos 90 no Brasil ocorrem sobre

*“a base de um sistema produtivo caracterizado por uma economia industrial continental, complexa, dinâmica e integrada, aberta aos capitais estrangeiros, com mercados relativamente protegidos, sistema autoritário de relações de trabalho, baixos níveis educacionais, extraordinárias concentração da renda e desigualdades social e regional”* ( Pochmann & Mattoso, 1998: 214)

Isso posto, pode-se passar à análise das principais características do mercado de trabalho, na década de 90. Um primeiro aspecto diz respeito à notória

---

<sup>18</sup> Evidentemente, existem outras análises que discordam da que está sendo realizada neste trabalho. Entre elas, está a de Camargo, que consegue enxergar um grande dinamismo na geração de postos de trabalho, colocando o problema apenas na má qualidade destes postos. Este autor reconhece a existência de um processo de “ajuste estrutural intenso decorrente da abertura comercial”, que ocasiona mudanças na estrutura do emprego, manifestando-se na redução do nível de emprego industrial. Contudo, trata-se de um problema conjuntural, ou seja, ligado à perda de competitividade das empresas domésticas. Este autor completa sua argumentação afirmando que, se o referido ajuste ocorrer no setor de bens *tradeables* e for bem direcionado, poderá “gerar condições para um aumento da taxa de crescimento e do emprego no futuro” (Camargo, 1997: 248-270).

redução (inclusive em termos absolutos) da capacidade de geração de empregos formais. Tal processo se faz presente em todos os setores, porém os mais atingidos foram os da indústria de transformação e construção civil. Este desempenho negativo do emprego formal só não foi mais acentuado devido ao crescimento do emprego público até meados da década. Paralelamente a esse comportamento do emprego formal, assiste-se a uma crescente elevação do peso dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e dos conta própria, caracterizando um crescimento da informalidade, que se traduz na precarização das condições de trabalho. Verifica-se, portanto, a conformação de um processo de desassalariamento, ou seja, de redução da participação dos assalariados no mercado de trabalho.

Junto com a continuidade da eliminação de empregos formais, tem-se um desemprego aberto sem paralelos na história do país. Não se trata mais de um fenômeno vinculado às oscilações cíclicas (como o foi na década de 80) e sim de um problema estrutural, tendo em vista que o desemprego passa a se elevar bastante durante os períodos de crise econômica, sem apresentar redução nas fases de retomada do crescimento. Independentemente da metodologia de mensuração, o desemprego pode ser considerado um fenômeno de amplitude nacional e de extraordinária intensidade. Este aumento do desemprego, associado ao crescimento da informalização, também contribui para a precarização das relações de trabalho, que se expressa pela maior debilidade política dos trabalhadores e sindicatos e pela disseminação dos mecanismos contratuais unilaterais ou por empresa<sup>19</sup> (Mattoso, 1996). Além disto, importa ressaltar que, nos anos 90, o desemprego atinge os trabalhadores de maneira desigual, sendo que o segmento jovem da PEA tende a ser mais duramente atingido, por razões a serem analisadas no capítulo 3.

---

<sup>19</sup> Tais mecanismos favorecem: a “desvalorização da contratação coletiva”; a “preservação dos baixos salários”; o “aumento das diferenças de rendimentos dos ocupados; e a “elevação da queda dos níveis de sindicalização” (Mattoso, 1996: 19).

Convém, ainda, discutir/explicitar os determinantes da referida desestruturação do mercado de trabalho<sup>20</sup>, que podem ser encontrados numa articulação dos efeitos, já discutidos, da herança social (escravismo e ausência de reforma agrária) com os da consecução de uma política econômica que combina “abertura comercial e financeira indiscriminada” e “estabilização monetária baseada na sobrevalorização do real e em taxas de juros elevadas”, com a “ausência de uma política capaz de orientar a reestruturação das indústrias afetadas pela concorrência internacional” (Mattoso, 1996:23). Como resultado dessa combinação, desencadeiam-se processos, na década de 90, tais como: crescimento econômico medíocre e insustentável; desmonte do Estado Nacional (associado às privatizações e ajustes fiscais impostos pela nova política); aumento dos desequilíbrios das contas públicas e externas; redução da dinâmica comercial brasileira e predominância de um processo de “desestruturação produtiva”. Deste processo fazem parte as fusões e aquisições (inclusive as privatizações), que provocam processos de enxugamento/encolhimento (com diminuição do número de empregados) e uma redução da capacidade de geração de emprego, já que as empresas estrangeiras tendem a fazer um maior uso do recurso da subcontratação e a uma maior importação de insumos.

Além disso, essa desestruturação alimenta uma reação de parte razoável das empresas à menor competitividade frente aos concorrentes externos, no sentido de acentuar a flexibilidade através da aceleração da terceirização, do abandono de linhas de produto, do fechamento de unidades, da racionalização da produção, da busca de parcerias (através de fusões ou transferências de controle acionário) e de redução de custos (sobretudo o de mão-de-obra). Um outro efeito dessa desestruturação é a perda de capacidade de as cadeias produtivas gerarem valor agregado e emprego (Mattoso, 1996).

---

<sup>20</sup> Este trabalho concorda com a visão de que de fato ocorreu uma desestruturação do mercado de trabalho. Portanto, na busca de explicações para tal processo, está-se descartando outras argumentações que, grosso modo, discordam desse entendimento. No geral essas interpretações tendem a defender que o problema nos anos 90 não é de desemprego (e sim de maus empregos); que o problema do desemprego é localizado (de base industrial), não apresentando dimensão nacional, e que o problema do mercado de trabalho resulta de sua rigidez, da inovação tecnológica ou trata-se de um problema internacional.

Portanto, nos anos 90, constitui-se um quadro de insustentabilidade do crescimento econômico (que se mantém medíocre), de desestruturação produtiva e de aumento da flexibilidade<sup>21</sup>. Nele, a economia brasileira fica paralisada/desarticulada e incapaz de gerar emprego (principalmente emprego formal), inviabilizando cada vez mais a incorporação dos novos ingressantes ao mercado de trabalho e agravando/ampliando o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho. Quanto ao movimento sindical da década de 90, a característica mais marcante, além da notória redução da ação sindical, é o fato de os sindicatos e centrais sindicais entrarem num movimento defensivo, ou seja, a busca por conquista de novos direitos é substituída pela luta por preservação dos já existentes (Pochmann & Mattoso, 1998: 232).

Enfim, o mercado de trabalho brasileiro se deteriora ainda mais com as presenças intensas do desemprego e da precarização. A idéia básica da discussão realizada neste item é, portanto, a de que estas presenças

*“refletem as estratégias de sobrevivência de grande parte de empresários e trabalhadores excluídos pelo processo de modernização conservadora e sem mecanismos adequados e/ou políticas integradoras de proteção e apoio social [...]. Mantidas estas condições e estas tendências desestruturantes da produção e do mercado de trabalho, emergiria no Brasil um ‘novo’ sistema produtivo com ainda maior heterogeneidade produtiva e do trabalho e mais acentuada desigualdade social” (Pochmann & Mattoso, 1998: 238).*

---

<sup>21</sup> Na visão de Camargo (1997), a flexibilidade (sobretudo a salarial) é funcional, na medida em que seria um dos fatores responsáveis por uma taxa de desemprego aberto, nos anos 90, relativamente baixa. Todavia, neste trabalho, discorda-se dessa interpretação, pois a flexibilidade é encarada como um fator que favorece sobremaneira a diminuição do emprego formal, ao permitir que as empresas exerçam um elevado grau de liberdade para “racionalizar a produção e otimizar os processos de trabalho” (Baltar & Mattoso, 1997).

## **Capítulo 2**

### **A REGIÃO NORDESTE E SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO**

Conforme salientado no capítulo anterior, na década de 90 profundas transformações afetaram a economia brasileira e sua estrutura produtiva, com impactos no que diz respeito ao funcionamento do mercado de trabalho, que entra em acentuado processo de deterioração. Dentre as conseqüências sociais, destaca-se uma crise que atinge sobremaneira o segmento jovem da população, expressando-se no aumento do desemprego juvenil e em uma progressiva dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho consiste em mostrar como essa crise de reprodução social se manifesta na região Nordeste, buscando elementos que auxiliem na compreensão de como está ocorrendo a inserção do jovem nordestino no mercado de trabalho e dos determinantes desta inserção, este segundo capítulo é necessário na medida em que pretende recuperar as especificidades do processo de formação do Nordeste, seus diversos momentos de articulação com as demais regiões do país e as variações do papel da região nordestina na divisão inter-regional do trabalho. A idéia é a de que é preciso entender, ainda que em seus traços mais gerais, as origens históricas das desigualdades regionais para determinar, de forma mais precisa, quais os problemas fundamentais que precisam ser enfrentados e que repercutem na configuração atual da região.

Uma primeira observação refere-se à necessidade de explicitar que o processo de formação do Nordeste está inserido em um movimento maior, qual seja o de configuração de um padrão de desenvolvimento capitalista. Neste, o que se observa é concomitância de dois "fenômenos": 1) a concentração do desenvolvimento, da industrialização e do mercado de trabalho no Sudeste (principalmente em São Paulo); e 2) a concentração de pobreza e miséria na região Nordeste.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, as razões históricas da concentração industrial e, logo, do desenvolvimento capitalista no sudeste, e particularmente em São Paulo, estão presentes na discussão feita por Wilson Cano (1998). Para este autor, o complexo cafeeiro de São Paulo, diferentemente do complexo nordestino, preencheu as condições necessárias para que o seu sistema de produção e circulação operasse na base de relações capitalistas de produção. Além disso, verificaram-se em São Paulo condições mais satisfatórias para a passagem do trabalho escravo ao assalariado<sup>1</sup>. Sinteticamente, a cafeicultura paulista apresentava altas margens de lucro, alta produtividade e grande disponibilidade de terras, favorecendo um alto ritmo de acumulação de capital e gerando as pré-condições (recursos, capital e trabalho) para o surgimento e consolidação do capital industrial. João Manoel Cardoso de Mello (1986) também contribui para esta abordagem, acentuando de que forma a acumulação cafeeira pode ser considerada relevante para se analisar a industrialização, entendida inicialmente como mudança de padrão de acumulação, ou seja, como resultado do declínio do padrão agrário-exportador.

Do mesmo modo, a concentração da pobreza no Nordeste também pode ser explicada historicamente. Aspectos básicos da história do “Nordeste agrário” encontram-se na obra de Gilberto Freyre (1937), na medida em que esta fornece os três elementos centrais que influenciarão sobremaneira o perfil da região: a monocultura, o latifúndio e a escravidão, evidenciando que este tipo de sistema agrícola (que marcou os “quatro séculos de cana-de-açúcar”) visava a exploração com fins imediatos, isto é, havia muita preocupação com o espaço, em detrimento do tempo. Esta obra permite apreender que a questão agrária<sup>2</sup> é fundamental para o entendimento da origem das desigualdades regionais e, conseqüentemente, da concentração de pobreza na região nordestina.

---

<sup>1</sup> Neste ponto, é ressaltada pelo autor a importância da imigração na resolução do problema da mão-de-obra.

<sup>2</sup> Esta idéia está mais desenvolvida e articulada na tese de doutoramento da profa. Wilnês Henrique (1999), que insere o problema agrário na discussão da industrialização, da desigualdade e da pobreza, no período de 1950-80.

Feita essa observação preliminar, passa-se à tentativa de identificar as funções que o espaço nordestino desempenhou no processo de acumulação e reprodução capitalista no Brasil, no qual verifica-se a ocorrência de diferentes articulações entre as regiões, de criação de um mercado interno e constituição de um sistema econômico integrado e hierarquizado. Nesta tentativa, utiliza-se a periodização elaborada por Guimarães, que destaca três momentos de “ajustamento” do Nordeste ao referido processo: 1) isolamento relativo das regiões brasileiras; 2) articulação comercial; e 3) integração produtiva (Guimarães, 1989: 25). Por fim, enfocam-se os significados e a importância da questão regional, entendida como parte integrante de uma formação econômica e social.

### **2.1. Fase de isolamento relativo**

Desde o início da ocupação do território brasileiro, cabia à região Nordeste fornecer o açúcar para as metrópoles européias. Essa produção açucareira, marcada pela grande propriedade e pelo regime de trabalho baseado na escravidão, desorganizou-se no século XVII sobretudo devido à luta contra os holandeses e à produção das Antilhas. Na segunda metade do século XVIII, a revolução industrial intensificou a cultura do algodão no Nordeste, trazendo mudanças na estrutura produtiva do Sertão e do Agreste e no desenvolvimento da relação de assalariamento. Como se vê, dentro da própria região a articulação não era efetiva, o que justifica, para muitos autores, o emprego do termo “complexo nordestino”.

A formação deste complexo econômico está relacionada com a preservação da forma original do sistema açucareiro e do criatório, com a manutenção de um crescimento essencialmente extensivo e com o fato de os custos monetários serem pouco expressivos (Guimarães, 1989: 27). No final do século XIX e início do XX, verificou-se certo adensamento das atividades produtivas, impulsionado por novos surtos de exportação, pela modernização de algumas atividades produtivas e pela dotação de capital social básico via ação

estatal. Não obstante tais mudanças, o complexo nordestino não superou a sua “conformação estrutural herdada do período colonial” (Cano, 1998). Perrucci corrobora essa idéia na medida em que afirma: “nem durante a Colônia, nem no Brasil Estado-Nação, foi possível um processo de acumulação ampliada de capital no Nordeste”, ou seja, a economia agro-exportadora nordestina proporcionava baixo índice de acumulação interna, inviabilizando a possibilidade de desencadeamento de um processo próprio de industrialização (Perrucci, 1984: 17). As razões para essa baixa capacidade de acumulação são apontadas por Cano: declínio secular dos preços dos produtos exportados; dificuldades de inserção no mercado nacional; atomização da população associada à reduzida urbanização; desarticulação da estrutura produtiva e absorção de força de trabalho pela pecuária e pela atividade de subsistência (Cano, 1998). Evidenciam-se, então, as origens do imenso “reservatório de mão-de-obra” existente no Nordeste.

Em suma, nessa fase de isolamento, o Nordeste foi preparado para exercer a função básica de “fornecedor de mão-de-obra para as várias regiões brasileiras, em distintos momentos do desenvolvimento econômico rural e urbano do país” (Guimarães, 1989: 43).

## **2.2. O Nordeste num contexto de articulação comercial**

No início do século XX, verifica-se o começo do desenvolvimento de uma articulação do Nordeste entre si e com as demais regiões do país. Trata-se de um processo de articulação comercial, comandado pelo capital mercantil, cujos principais determinantes são: a busca de escoamento dos excedentes dos produtores nordestinos e o fato de a indústria nacional (concentrada no Sudeste e em São Paulo) voltar-se para os mercados das outras regiões. Segundo Guimarães, é o processo concentrado de industrialização que “impulsiona a articulação comercial anteriormente iniciada com a colocação de excedentes”

(Guimarães, 1989: 73). É importante, então, entender essa articulação comercial considerando o processo de consolidação do mercado nacional.

Até 1955, o entrelaçamento das economias regionais ocorria via comércio, ou seja, predominava, nesse período, o escoamento da produção, a busca de mercado e a comercialização da produção industrial concentrada no Sudeste. Também ocorreram mudanças institucionais, na forma de atuação do Estado e no sistema de transportes, com o intuito de viabilizar uma articulação inter-regional cada vez mais intensa. Neste sentido, eliminaram-se os impostos estaduais, desenvolveu-se um sistema rodoviário e montou-se um aparelho burocrático-administrativo, de modo a facilitar a interferência do Estado nas relações de emprego e salário, garantindo, assim, a reprodução da força de trabalho. Houve, enfim, um aumento da concentração industrial e da competição inter-regional, afetando o setor nordestino de bens de consumo não-duráveis.

Desta forma, a questão regional foi ganhando espaço, ao mesmo tempo em que o Nordeste continuava a apresentar os maiores índices de pobreza do país e um aumento das tensões sociais no campo e nas cidades. Neste contexto, foi criado, no final da década de 1950, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), visando tirar a região “do estado de letargia em que mergulhara a partir da crise do seu complexo agroexportador, baseado na produção açucareira” (Araújo, 1984: 71/72). A idéia do grupo era a de que a industrialização seria a única saída para combater o atraso na região Nordeste.

No que diz respeito à evolução do mercado de trabalho no Nordeste, deve-se considerar primeiramente dois processos: o de urbanização e o migratório. Tem-se, assim, um crescimento demográfico não uniforme, representado por um crescimento acima da média da região do contingente urbano, enquanto que o rural situava-se abaixo dessa média. Nas décadas de 1950 e 1960, a população nordestina tendeu a se localizar nos centros urbanos grandes e intermediários, ao mesmo tempo em que os pequenos centros aumentaram em número, como resultado do processo de expansão da fronteira agrícola em direção ao Oeste da Região.

As características gerais e setoriais do emprego urbano nordestino nesse período são discutidas por Guimarães. Este autor mostra que o comportamento do emprego esteve marcado pela redução do percentual da população dedicada às atividades agropecuárias (apesar dessa diminuição, esse setor foi responsável por 40% do incremento líquido ocorrido no emprego entre 1950-70) e pelo aumento na participação relativa da população ocupada em atividades urbanas, com destaque para indústrias, serviços em geral, comércio de mercadorias e atividades sociais. Outro aspecto importante ressaltado por Guimarães refere-se ao fato de, no período 1950-70, a absorção da força de trabalho no Nordeste ocorrer sobretudo em “atividades não institucionalizadas, nas quais se adotam modos de produção de baixo nível tecnológico ou prevalecem processos primitivos de acumulação de capital”<sup>3</sup> (Guimarães: 1976).

Ao fazer comparações, no que diz respeito à geração de emprego, entre o Nordeste e o estado de São Paulo nas décadas de 1950 e 1960, Guimarães encontra três diferenças fundamentais: 1) a intensidade da expansão do emprego nordestino fora relativamente baixa e a intensidade do processo de acumulação de capital bem menor do que em São Paulo; 2) no Nordeste registrara-se a presença marcante do setor agropecuário na geração do emprego; e 3) a absorção da força de trabalho nordestino, em alguns setores ou atividades econômicas não-agrícolas informais, ocorrera em um ritmo mais rápido do que nos respectivos setores formais, enquanto que em São Paulo verificara-se o oposto (*Idem, ibidem*).

Essas observações acerca da evolução do emprego urbano ocorreram num momento de passagem da articulação comercial para a fase de integração produtiva. Antes de adentrar na análise desta fase, convém deixar claro que, na

---

<sup>3</sup> São apontadas como razões que explicariam este comportamento do setor informal: a expansão da fronteira agrícola; a proliferação de pequenos centros (geradores de empregos em atividades não agrícolas, que se desenvolvem fora de estabelecimentos); e o crescimento do emprego industrial no Maranhão, Piauí e Ceará, onde os processos produtivos são de baixa produtividade e vinculados à demanda local de produtos manufaturados e à população que tem base no meio rural. Paralelamente ao dinamismo dos setores informais, o setor formal mostrou-se pouco dinâmico devido à modernização das atividades urbanas/industriais e à maior inserção do Nordeste no país (Guimarães, 1976).

fase de articulação comercial, ocorreram a constituição do mercado interno e uma competição inter-regional. O Nordeste, porém, ainda podia ser visto como possuidor de “caráter de espaço diferenciado” (Guimarães, 1989).

### **2.3. A Integração Produtiva: condicionantes e conseqüências**

Guimarães define a integração produtiva como sendo

*“a transferência de capitais das regiões mais industrializadas para as demais, na busca de novas frentes de investimentos e ocupação de espaços econômicos nacionais ou regionais fora dos grandes centros industriais”* (Guimarães, 1995: 14).

Um primeiro aspecto desse processo refere-se à dissolução das especificidades da região, com redefinição das formas de reprodução do capital e da força de trabalho. Nas palavras do autor, verifica-se um processo de “indiferenciação de espaços”, concomitantemente à constituição de um “sistema econômico hierarquizado e integrado” (Guimarães, 1989: 124).

Esta integração produtiva ocorre a partir dos anos 60, o que marca o início da industrialização nordestina. Convém salientar que, desde a segunda metade dos anos 50, a economia brasileira mudou de padrão de acumulação industrial, com exacerbação de movimentos concentracionistas, e a industrialização avançou comandada pelo grande capital internacional e nacional (sobretudo o estatal), aumentando as exigências de consolidação de uma economia nacional. Deste modo, intensificou-se a integração nacional que articulava as regiões e, neste contexto, deu-se a industrialização da região Nordeste. Araújo trata especificamente deste tema, mostrando as diferenças entre “intenções e resultados”, ou seja, que o crescimento industrial do Nordeste não ocorreu tal como planejado pelo GTDN. A autora confirma a presença de dinamismo, com crescimento e diversificação da produção industrial, impulsionada sobretudo pela política de incentivos fiscais e financeiros. Os investimentos foram liderados pelas

indústrias dinâmicas<sup>4</sup>, sobretudo os segmentos produtores de bens intermediários, que tiveram uma “performance extraordinária”. É interessante notar, também, que esse crescimento foi conduzido pelos segmentos não-tradicionais (Araújo, 1984).

Araújo destaca, ainda, duas características marcantes do processo de industrialização nordestino: a dependência e a complementaridade. A dependência manifesta-se em relação à expansão brasileira liderada pelo Sudeste, aos recursos que financiaram o crescimento, aos mercados para onde se destina a produção nordestina, ao fornecimento de insumos e à compra de equipamentos. De fato, menos de 30% do capital integralizado tinha origem regional e a fonte básica de financiamento das novas indústrias instaladas originou-se dos recursos provenientes do sistema de incentivos governamental. No tocante à complementaridade, a autora aponta o novo papel desempenhado pela indústria implantada no Nordeste na nova divisão inter-regional: o de fornecedora de insumos industriais a serem transformados, sobretudo no Sudeste (Araújo, 1984). Guimarães também contribui para a análise dessa complementaridade, mostrando que a mesma envolve a adequação do processo produtivo às exigências da demanda nacional (Guimarães, 1989: 151).

Retornando à questão dos determinantes históricos da integração produtiva, pode-se identificar dois condicionantes básicos: um econômico e outro político-institucional<sup>5</sup>. No que se refere aos condicionantes econômicos, destacam-se os estímulos fiscais e financeiros, associados ao aumento da oferta de infra-estrutura econômica geral e voltada para a atividade industrial, que objetivavam a redução dos custos de capital dos empresários. Foi instituído, assim, um mecanismo de transferência, via incentivos fiscais/financeiros e criaram-se as condições que viabilizariam a sua ocorrência. Deste modo, a partir dos anos 60, assiste-se a uma migração de capital em direção não apenas ao setor industrial do Nordeste, mas também ao sistema financeiro, de comércio e da agroindústria (*Idem, ibidem*).

---

<sup>4</sup> Destacam-se as indústrias química, metalúrgica, de minerais não-metálicos, elétricas, de comunicações e de papel e papelão.

<sup>5</sup> Estes estão relacionados à transposição da questão regional para o nível da discussão política, tornando-a parte integrante das propostas de Reformas de Base (Guimarães, 1989: 156).

Todavia, apesar do esforço de industrialização associado a um contexto de integração produtiva que trouxe notório dinamismo à região, as disparidades regionais não foram atenuadas, os níveis de vida dos nordestinos continuaram os mais baixos do país e a região continuava apresentando a maior concentração de renda (Araújo, 1984).

Com a retomada do crescimento da economia brasileira no final dos anos 60 e começo dos 70, observa-se uma fragmentação dos incentivos, o que, por sua vez, não provocou um refluxo dos investimentos na região Nordeste: o que houve foi uma adaptação às novas condições, com mobilização de outras fontes de financiamento<sup>6</sup>. Deste modo, pode-se dizer que a integração produtiva ampliou os limites – que restringiam a formação de capital e a incorporação de progresso técnico – do potencial de acumulação do Nordeste. As relações comerciais e as relações existentes entre as unidades produtivas alteram-se em função da entrada da grande empresa no Nordeste. Novas atividades econômicas foram criadas e outras destruídas e o setor tradicional modernizou-se. Convém explicitar, nesta perspectiva, que Araújo reitera a existência da criação de novas áreas com estruturas modernas e dinâmicas mostrando, contudo, que essas áreas convivem com outras tradicionais, o que torna a realidade regional mais diferenciada e complexa (Araújo, 1995).

Faz-se ainda necessário, antes de adentrar-se na análise da questão regional e seus significados, salientar mais dois pontos essenciais para a compreensão da configuração do Nordeste nos anos 90, no que diz respeito ao comportamento do mercado de trabalho regional. O primeiro refere-se às transformações no mercado de trabalho do Nordeste, qualificando a dinâmica do emprego. O segundo constitui uma tentativa de sintetizar a discussão existente sobre um processo que se inicia no final dos anos 70, denominado “desconcentração espacial”.

## ***Transformações no mercado de trabalho***

Até o final da década de 70, setores importantes da economia nordestina expandiram-se, sendo este dinamismo acompanhado por uma expansão do emprego urbano, na qual o papel das atividades industriais na absorção da mão-de-obra eleva-se. Em função das transformações da estrutura produtiva regional, verifica-se um aumento da participação da PEA ligada às atividades industriais e uma elevação relativa do emprego ligado aos serviços de consumo coletivo (atividades sociais e de administração pública). É importante apontar que as mudanças concentraram-se nos centros urbanos de maior porte. A característica principal que marca as relações de trabalho neste período pode ser traduzida num avanço das relações de trabalho assalariado, com redução do espaço relativo do trabalho autônomo (conta própria) e da unidade familiar baseada na exploração do trabalho não-remunerado (Guimarães, 1989: 225/238).

No entanto, não se deve perder de vista que o mercado de trabalho da região Nordeste comporta relações muito heterogêneas tanto de trabalho quanto de emprego. Guimarães associa essa heterogeneidade à forma como o desenvolvimento capitalista ocorre na economia urbana regional (sob influência do capital mercantil) e à presença de uma nova estrutura produtiva, cujas unidades de produção eram de grande porte e dotadas de processos produtivos modernos para os padrões nordestinos. O grande peso dos trabalhadores conta própria e sem remuneração, não obstante o avanço do assalariamento, constitui-se num expressivo indicador dessa heterogeneidade. Além disso, esse autor ressalta o fato de o assalariamento no Nordeste estar “infiltrado” de relações informais de trabalho, mostrando que o peso relativo da população ocupada que recebe abaixo do mínimo de rendimento estipulado ainda é significativo e que a subutilização da mão-de-obra é manifesta. Enfim, o Nordeste possui uma estrutura produtiva e um mercado de trabalho heterogêneos como resultado do processo já citado de “indiferenciação de espaços” que, por sua vez, provoca mudanças nas formas de

---

<sup>6</sup> Destaca-se, entre estas novas fontes, o papel do BNDES, do Banco do Brasil e do BNB.

acumulação regional, permitindo a convivência do novo/moderno com o velho/tradicional (*Idem*, 1989).

Para entender o porquê de o dinamismo econômico nordestino não ter se traduzido em “processos mais evidentes de formalização do seu mercado de trabalho”, é preciso observar que a integração regional ocorre com a presença marcante de um imenso reservatório de mão-de-obra. Além disso, a implantação de novos segmentos produtivos tem influência considerável sobre a desestruturação dos mercados de trabalho tradicionais e os vínculos estreitos com o Sudeste fazem com que haja “vazamento” dos efeitos dinâmicos sobre a renda e o emprego.

Guimarães também analisa as condições de trabalho, salário e produtividade no Nordeste e constata que uma característica marcante é a prática generalizada da sub-remuneração <sup>7</sup> da população ocupada, associada sobretudo à disseminação das atividades informais que, na região Nordeste, não se limitam às atividades comerciais. As condições de vida e a disseminação das formas de sub-remuneração da força de trabalho podem ser explicadas pelas formas de dominação exercidas a partir de uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Em relação aos ganhos de produtividade do sistema urbano, tem-se uma evidente não-apropriação dos mesmos pelos trabalhadores, cujo nível salarial segue a evolução real do salário mínimo (Guimarães, 1989). Enfim, as elevações nos níveis gerais de vida ocorrem, mas num ritmo sensivelmente menor do que o dinamismo e crescimento da produção, o que ajuda a entender a idéia de Araújo de que “a elevação do padrão de vida não decorre linearmente do mero crescimento econômico” (Araújo, 1995: 148). Em suma, o mercado de trabalho nordestino é mais favorável ao empregador do que o das demais regiões.

Resta, ainda, comentar alguns aspectos do mercado de trabalho nordestino na década de 1980. Do mesmo modo que a economia brasileira, a economia regional também manifestou comportamento cíclico. Tanto é que, no período

---

<sup>7</sup> Nos empregos públicos e nas atividades industriais estatais os percentuais de sub-remuneração são menores.

1981/83, o emprego de baixa remuneração foi quase que a única fonte de crescimento do emprego urbano. Além disso, houve um aumento da importância relativa dos trabalhadores pobres, uma informalização generalizada das relações de trabalho nas cidades, a deterioração rápida da renda do setor informal e o crescimento célere do desemprego aberto, sobretudo em relação ao segmento juvenil da população nordestina. Acompanhando a retomada econômica de 1984/86, o mercado de trabalho da região Nordeste tendeu à uma estabilização. No entanto, a partir de 1987, processos de deterioração das condições de vida e de eliminação das reduzidas vantagens obtidas nas fases de crescimento dos anos 60 e 70 ganham forte e inequívoco impulso.

Para finalizar, convém indicar que, no início dos anos 90, a crise e a instabilidade se agravaram, interrompendo as transformações em curso no setor industrial das diversas regiões. O fator marcante foi a presença de processos de modernização nos centros mais industrializados. Segundo Guimarães,

*“a terceirização, a importação de componentes e a busca sistemática de melhoria de qualidade e de aumento da competitividade internacional estariam definindo novos processos de trabalho”* (Guimarães, 1995: 21/22).

### ***O processo de desconcentração espacial***

Como já foi dito, a industrialização brasileira (concentrada no Sudeste e, particularmente, em São Paulo) consolidou o mercado interno brasileiro e fez com que as demais regiões passassem a

*“articular-se com o Sudeste, ajustando sua estrutura produtiva e procurando participar da divisão inter-regional do trabalho, que se definia com base em atividades complementares às suas ou a partir de atividades nas quais possuíam vantagens comparativas”* (Guimarães, 1995: 14).

Com a transferência de capitais do centro para as demais regiões periféricas, consubstanciou-se o já discutido processo de integração produtiva. A partir da segunda metade dos anos 70, tem-se uma desaceleração da atividade produtiva brasileira e o início do que Guimarães chama de “reversão da polarização”, isto é, a tendência secular da concentração espacial começa a ser interrompida.

Essa desconcentração espacial ocorre a nível inter-regional, no qual a região mais industrializada (Sudeste) apresenta perda em sua posição relativa no tocante à participação no PIB total a custo de fatores; a nível intra-regional<sup>8</sup>, onde os estados mais industrializados também perdem participação relativa no PIB; e a nível intra-estadual, marcada por um processo de reversão da metropolização (com destaque para a economia paulista). No que se refere à região Nordeste, todos os Estados, exceto Pernambuco e Paraíba, aumentaram sua participação relativa no produto interno.

Antes de adentrar nesta análise dos impactos da desconcentração espacial, convém expor o alerta de Guimarães (1995:19) sobre o fato de ter havido uma queda relativa do número de empresas localizadas no Sudeste. Nas palavras do autor: “permaneceu concentrado o centro de decisão, desconcentrando-se a base de operação do grande capital”. Isto significa que as grandes decisões relativas às estratégias de crescimento, diversificação e localização continuaram extremamente concentradas. Retornando à questão dos impactos, esse autor identifica quatro tipos: 1) impactos sobre a estrutura produtiva; 2) sobre as relações com o exterior; 3) sobre o mercado de trabalho; e 4) sobre as condições de vida.

Em relação à estrutura produtiva nordestina, verificou-se uma maior expansão dos cultivos voltados para a exportação e para o processamento industrial, com redução das culturas voltadas para o abastecimento alimentar. Sem dúvida, o Nordeste passou por um processo de expansão e modernização

---

<sup>8</sup> A desconcentração intra-regional se mostrou mais evidente nas regiões com maiores níveis de renda por habitante: Sudeste e Sul.

dos complexos agroindustriais. Neste sentido, destaca-se a montagem do complexo petroquímico de Camaçari (Bahia), associada às políticas de industrialização regional e de substituição de importações do II PND. Em suma, a indústria de bens intermediários avançou, em detrimento da posição relativa que o segmento produtor de bens de consumo não-duráveis tradicionalmente teve na indústria de transformação regional.

Quanto aos impactos sobre as relações com o exterior, Guimarães mostra que, em todas as regiões, o comércio com outros países intensificou-se. Nos anos 70, havia fortes estímulos fiscais/financeiros e, nos 80, em função da crise da dívida externa e da contração do mercado interno, teve-se o desenvolvimento de estratégias macroeconômicas para a geração de divisas. O Nordeste, assim como as regiões menos industrializadas, foi incumbido da função de gerar saldos comerciais positivos, bem como da capacidade de importar. Em síntese, com a desconcentração espacial, o comércio por vias internas foi reduzido e novas formas de articulação se desenvolveram, estimuladas pela diversificação industrial das regiões periféricas e pela maior abertura para o comércio internacional.

As transformações no mercado de trabalho decorrentes desse processo já foram discutidas no item anterior, restando comentar os impactos sobre as condições de vida. Estas, nas décadas de 1970 e 1980, apresentaram “melhoras” nos indicadores sociais, em todas as regiões. Tais “melhoras” se mostraram desiguais e com perda de intensidade nos anos 80. Isto significa que a maior expansão do PIB *per capita* não se traduziu proporcionalmente na melhoria, em todos os aspectos, das condições de vida da população.

No capítulo 1, mostrou-se que a década de 80 foi marcada por crises, instabilidade e aceleração do processo inflacionário. No final dessa década, teve-se uma redução/interrupção do processo de desconcentração espacial, concomitantemente a um aprofundamento da crise e da instabilidade, sobretudo da crise fiscal/financeira do setor público, que fora o grande protagonista das transformações ocorridas nas décadas anteriores. Em suma, investimentos não

existiram, projetos públicos e privados foram engavetados e o Estado brasileiro manteve-se sob estado de paralisia.

É importante encerrar esse resgate da discussão sobre desconcentração espacial reiterando que a mesma não alterou de forma significativa o padrão nacional de concentração espacial da atividade produtiva e o da divisão inter-regional do trabalho, vigentes desde as fases iniciais da industrialização pesada. As sedes dos grandes grupos econômicos e dos maiores conglomerados continuaram concentradas em São Paulo. Além disso, Guimarães mostra que a referida desconcentração foi “seletiva do ponto de vista espacial e setorial”: estados e regiões menos industrializados tenderam a se articular com a região mais industrializada através da “especialização” de suas economias, no quadro de uma divisão mais geral do trabalho. Tratam-se, enfim, de relações inter-regionais que fazem com que seja reservado à região central um mercado interno cativo, formado pelas regiões periféricas. Segundo o autor, “foi através de especialização, preenchendo as brechas permitidas pela região Sudeste, que as demais regiões encontraram formas de dinamizar suas economias” (Guimarães, 1995).

#### **2.4. A questão regional e sua importância**

Toda a abordagem teórico-histórica feita neste trabalho orienta-se, como já foi dito, por uma premissa básica: a de que a região Nordeste é parte de um processo social mais amplo - o do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Neste sentido, a busca de elucidações a respeito da questão regional deve partir do ato de

*“indagar como o geral se reproduz no particular e como, a partir deste, podemos entender as múltiplas articulações entre os diversos tipos de relações sociais e o fio condutor do processo mais global, representado pela luta de classes no Brasil”* (Perruci, 1984; 13).

Desta forma, é possível compreender as formas assumidas pelo “particular” e que condicionam o processo histórico regional.

O espaço nordestino foi produzido por um processo de colonização que lhe atribuía a função de atendimento da demanda de produtos alimentícios e matérias-primas do mercado externo. Até o começo do século XX, a formação de um mercado nacional unificado fora impedida pelos interesses do capital, que se manifestavam através da aliança existente entre o latifúndio e o imperialismo. Foi com o desenvolvimento das outras regiões que o Nordeste transformou-se em fornecedor de produtos primários e de mão-de-obra. Aí encontram-se as origens da formação de espaços bastante diferenciados, mas complementares, na região Nordeste. Segundo Andrade (1984: 45/46), tais espaços correspondiam ao Agreste, Sertão e Meio Norte. Este autor mostra, ainda, que a produção do espaço nordestino organizou-se em benefício de uma classe: a oligarquia, que havia estruturado o seu sistema de poder a partir do período colonial. Esta fora hábil o suficiente para permitir a possibilidade de ascensão e convivência com “grupos sociais enriquecidos”, ou seja, com “aliados burgueses”. Havia também uma aliança, entre a classe dominante nordestina e os poderosos grupos do Sudeste, responsável pela transformação do Nordeste em área de aplicação de capitais, fornecedora de mão-de-obra, exportadora de produtos agrícolas e produtora de divisas apropriadas pelo centro-sul (*idem*, 1984).

Com o surgimento da industrialização brasileira<sup>9</sup>, modificações significativas começaram a surgir na constituição orgânica do capital na região Sudeste, que se fortalecia com uma força de trabalho migrada de outras regiões, sobretudo da região Nordeste. Assim, em função do crescimento industrial do Sudeste, a distribuição espacial das atividades econômicas no território do país foi reformulada, de modo que, na década de 1950, o Sudeste transformara-se no centro do capitalismo nacional, ao passo que a indústria nordestina assistia ao

---

<sup>9</sup> Segundo Perruci, a industrialização brasileira surge a partir da “acumulação primitiva de capital ocorrida na economia cafeeira, concentrada no Sudeste, no bojo de nova divisão regional do trabalho” (Perruci, 1984).

esgotamento dos seus limites, adentrando em uma crise. Uma explicação para esse comportamento é fornecida por Perruci:

*“enquanto a divisão do trabalho no Nordeste orientou-se para o alargamento da dependência para com o exterior, atrofiando o mercado regional, no Sudeste parece ter havido um movimento no sentido de uma integração dos diferentes setores econômicos, permitindo a constituição de um espaço econômico viável à reprodução ampliada do capital”* (Perruci, 1984).

Os anos 60 foram marcados por uma crise de acumulação na economia brasileira. Uma repercussão importante dessa crise foi a ampliação das desigualdades regionais, que colocou a indústria tradicional do Nordeste no limite de sua expansão, preservando um elevado nível de exploração da força de trabalho e obstruindo a expansão do mercado consumidor. É nesta década que ganha ímpeto o projeto de industrialização do Nordeste, considerado, por Perruci, uma “resposta estatal aos desafios da crise nacional e da efervescência política nordestina” (Perruci, 1984).

Andrade alerta para o fato de que essa política de industrialização não levou em conta o problema do desenvolvimento dos grupos empresariais da região, que se encontravam desalojados pelos grupos mais poderosos de outras regiões que, por sua vez, apropriavam-se da atividade industrial, beneficiando-se dos incentivos governamentais, da mão-de-obra barata e, às vezes, da obtenção de matérias-primas locais a baixo custo (Andrade, 1984). Araújo também detecta uma série de problemas no projeto de industrialização do Nordeste. Mesmo reconhecendo a presença de dinamismo na região, mostra que o esforço de industrialização fora insuficiente, pois a região perdeu posição como produtora industrial, os níveis de vida e de concentração de renda<sup>10</sup> nordestinos continuaram os piores do país e as disparidades inter-regionais não se reduziram. A contribuição mais importante desta autora está em mostrar que a industrialização,

---

<sup>10</sup> A renda *per capita* média da região Nordeste representava menos da metade da renda média nacional (Araújo, 1984).

por si só, seria incapaz de resolver os problemas do Nordeste. A resolução verdadeira deve passar, necessariamente, pelo equacionamento da questão agrária, o que implica rediscutir o estilo do crescimento industrial, assim como o próprio modelo econômico vigente no país. Isto significa que é preciso que a questão do atraso do Nordeste seja tratada politicamente.

Um último aspecto da discussão sobre a questão regional merece ser exposto: o seu caráter ideológico. Trata-se da questão regional entendida como construção ideológica da classe dominante. Aqui, a mesma atua como “instrumento de dominação e de domesticação da força de trabalho, desviando-a ideologicamente da contradição fundamental existente entre as classes sociais” (Perruci, 1984). Basicamente, destacam-se duas ideologias explicativas do atraso do Nordeste: 1) a que o atribui às suas condições naturais; e 2) a que o subordina ao fato de ser habitado por grupos étnicos inferiores.

Considerando, enfim, todo o processo histórico de constituição econômica e social da região nordestina resgatado neste capítulo, pode-se concluir que o Nordeste transformou-se num “amalgama de regiões” (Andrade, 1984), com existência, muitas vezes, de interesses conflitantes entre as várias áreas.

## **Capítulo 3**

### **UM CENÁRIO OCUPACIONAL DO JOVEM NORDESTINO EM 1998**

Como já foi enfatizado no primeiro capítulo deste trabalho, a partir da década de 80 o padrão de desenvolvimento que vigorou no Brasil (no período de 1930 a 1980) é quebrado e, nos anos 90, a economia brasileira sofre significativas transformações, com fortes impactos no “padrão de inserção ocupacional” do jovem. De acordo com Pochmann, tal padrão é entendido como representando “a passagem da situação de inatividade para a de atividade<sup>1</sup>, que pode significar tanto que o jovem está ocupado como que está em busca de emprego” (Pochmann, 1998b: 24).

Partindo do pressuposto de que este padrão se modificou, sobretudo a partir das transformações da década de 90, no sentido de agravar as dificuldades de inserção do jovem no mundo do trabalho, este terceiro e último capítulo procura traçar os principais aspectos dessas alterações para, em seguida, elaborar um panorama recente (referente ao ano de 1998) da situação ocupacional do jovem entre 15 e 19 anos, na região Nordeste. O esforço é o de identificar elementos que contribuam para a análise das especificidades da “crise de reprodução social” no Nordeste e seu impacto sobre o jovem nordestino. Convém esclarecer que trata-se de um primeiro exercício analítico, de caráter introdutório, baseado em dados inéditos, obtidos através de tabulações especiais da PNAD<sup>2</sup> e gentilmente cedidos pelo Prof. Dr. Waldir Quadros.

Tendo em vista as limitações oriundas da necessidade de simplificações – dada a escassez de tempo e a pretensão da autora de dar continuidade a este trabalho na pós-graduação – é pertinente, antes de desenvolver este capítulo,

---

<sup>1</sup> O autor entende a inatividade como sendo o período em que o jovem encontra-se no sistema escolar; e a atividade como representando a entrada do jovem no mercado de trabalho.

<sup>2</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE.

fazer alguns esclarecimentos metodológicos necessários tanto à explicitação das referidas limitações quanto e sobretudo à explicação de como será traçado o cenário ocupacional do jovem nordestino em 1998.

### **3.1. Esclarecimentos metodológicos**

Com já foi dito, pretendeu-se, neste trabalho de final de curso, analisar a situação do jovem da região Nordeste em 1998, enfatizando suas dificuldades de inserção nos setores melhor situados do mercado de trabalho. Para tanto, foram feitas duas abordagens teórico-históricas necessárias à consecução desse objetivo. A primeira refere-se à evolução do mercado de trabalho brasileiro, com destaque para as transformações recentes (décadas de 80 e, principalmente, 90); e, a segunda, busca reconstituir, ainda que de forma sucinta, o processo de formação econômica e social da região Nordeste, de modo a facilitar a compreensão das especificidades dessa região, no tocante à situação do jovem nos anos 90. Feito um resgate analítico de discussões a este respeito, baseado em revisões bibliográficas sobre os temas, buscou-se montar um cenário ocupacional do jovem nordestino, capaz de fornecer elementos que, somados às discussões anteriores, permitam a visualização de um quadro mais claro dos principais problemas a serem enfrentados na perspectiva do equacionamento dessa questão social que, como todas as demais, não pode ser tratada desconsiderando-se a problemática regional.

No que diz respeito à montagem desse cenário, foram utilizadas tabulações preliminares dos microdados da PNAD, seguindo a metodologia desenvolvida por Quadros em suas atividades de pesquisa. Um primeiro aspecto por ele levantado refere-se ao atual conceito de ocupação da PNAD, que considera *ocupado* todo indivíduo acima de 10 anos que tenha, por um período de pelo menos uma hora

semanal, desenvolvido alguma atividade<sup>3</sup> na semana em que fora realizado o inquérito domiciliar. Este autor reconhece que

*“a definição de ocupação atualmente adotada na PNAD é extremamente elástica e abrangente, tendendo a superestimar a população ocupada ao incluir todo tipo de eventuais e esporádicos bicos, quebra-galhos etc.”* (Quadros, 1998: 2).

Todavia, opta por não “ajustar” os dados da PNAD, na medida em que seu objeto prioriza a análise da estrutura social e não apenas do mercado de trabalho. Já com relação ao conceito de desocupação, Quadros o amplia, na medida em que considera desocupado o indivíduo que procurou emprego e não encontrou, não apenas na semana de referência, mas também no mês e até no ano em que foi realizado o inquérito domiciliar. Este autor trabalha, ainda, com três modalidades de desocupados: os desocupados que perderam o emprego no ano de referência; os que ficaram desempregados em anos anteriores ao do inquérito; e aqueles que nunca trabalharam e estão à procura do primeiro emprego. Foram estas, então, quatro as categorias ocupacionais utilizadas neste trabalho:

- 1) Ocupados (na semana de referência);
- 2) Desocupados no ano de referência;
- 3) Desocupados em anos anteriores;
- 4) Desocupados procurando a primeira ocupação.

Além disso, foram trabalhados dados a respeito da População Total e da População Economicamente Ativa (PEA) – obtidos via agregação das quatro categorias expostas acima. Deste modo, procurou-se identificar as principais atividades desempenhadas pelos jovens no mercado de trabalho<sup>4</sup>, assim como a origem familiar tanto dos jovens ocupados quanto dos desocupados (inclusive os

---

<sup>3</sup> Indivíduos envolvidos na produção de subsistência e na construção/reparação de suas residências também foram considerados ocupados pela PNAD.

<sup>4</sup> Evidentemente, esta análise não é possível para os jovens que estão procurando o primeiro emprego, restringindo-se aos jovens ocupados e aos desocupados no ano de referência e em anos anteriores.

que estão à procura da primeira ocupação). Para tanto, recorreu-se à metodologia desenvolvida na pesquisa de Quadros, de agregação das ocupações individuais em *grupos ocupacionais*, na medida em que permite a elaboração de uma estrutura ocupacional individual e familiar<sup>5</sup>. Através da primeira, foi possível fazer uma discussão em termos de mercado de trabalho e, da segunda, uma abordagem da estrutura social. São estes os dois eixos norteadores da construção do cenário ocupacional do jovem nordestino em 1998.

No tocante às limitações deste trabalho, é pertinente expor as seis simplificações de maior relevância.

A primeira se traduz pela não-análise da evolução da estrutura ocupacional ao longo da década de 90, ou seja, o cenário abarca apenas o ano de 1998. A segunda envolve a escolha da faixa etária que representa o segmento jovem a ser analisado. No Brasil, costuma-se incluir neste segmento pessoas em idade de 10 a 24 anos, subdivididas em três faixas etárias: 1) de 10 a 14 anos; 2) de 15 a 19 anos; e 3) de 20 a 24 anos. Reconhece-se, aqui, a importância dessas três faixas. Contudo, houve a necessidade de, pragmaticamente, optar por uma das três. A escolha da faixa de 15 a 19 anos norteou-se pelo fato de a mesma ser a que exerce maior pressão dos desocupados e dos que estão em busca do primeiro emprego sobre o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, a que encontra mais dificuldade para ingressar/permanecer no mesmo. Na faixa de 20 a 24 anos, a proporção dos jovens que conseguem tal feito é maior; e a faixa de 10 a 14 anos, ainda que relevante, envolve toda a problemática do trabalho infantil que, por sua vez, não será tratada neste trabalho. A terceira simplificação relaciona-se com a exclusão, também por motivações pragmáticas, da questão racial e de gênero. Todavia, não se pode deixar de mencionar sua importância, tendo em vista que, sobretudo no segmento jovem, a crescente participação feminina, não obstante a queda na participação relativa masculina, tem influenciado bastante a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho. Além disso, a discriminação racial

---

<sup>5</sup> Para obter a estrutura ocupacional familiar, Quadros classificou as famílias de acordo com o membro melhor situado na escala sócio-ocupacional, independentemente de ele ser ou não o chefe da família.

também constitui-se em mais um obstáculo a ser enfrentado pelo segmento jovem no mercado de trabalho. A quarta refere-se ao tipo de abordagem da região Nordeste, que não incluiu comparações com as demais regiões, ou seja, esta região foi situada apenas com relação aos dados nacionais. A quinta simplificação decorre da ausência de uma análise específica dos rendimentos dos jovens. E, finalmente, a sexta diz respeito ao fato de não se abordar, neste trabalho, a questão da escolaridade, que é muito importante. Como salienta Pochmann (1998b: 57), “diante da abundância de oferta de mão-de-obra, tendem a crescer os mecanismos de discriminação de trabalhadores com menor escolaridade e experiência profissional”. Mesmo deixando de lado<sup>6</sup> essa questão, convém indicar que, para os jovens pior situados, o segundo grau está, cada vez mais, se transformando em “principal barreira de acesso dos jovens aos segmentos mais atrativos do mercado de trabalho” (Quadros, 2000: 9).

Dentro desses parâmetros e limites, a construção desse primeiro panorama da situação ocupacional do jovem nordestino envolveu comparações da estrutura nacional com a regional, no intuito de mostrar as principais diferenças e seus significados. Além disto, tanto a discussão do Brasil quanto a do Nordeste buscou comparar a faixa de 15 a 19 anos com o conjunto da população total, ocupada e desocupada.

Registrados esses esclarecimentos, apresenta-se uma breve análise das principais alterações ocorridas no padrão de inserção ocupacional do jovem na década de 90. Em seguida, faz-se a tentativa de construção de um panorama ocupacional para o ano de 1998, da situação do jovem que vive e trabalha na região Nordeste desse país.

---

<sup>6</sup> Em termos de existência de dados, já seria possível tratar da questão da escolaridade. Como tal inclusão fugiria ao escopo desse exercício analítico, marcado por um caráter geral e introdutório, optou-se por considerá-la em trabalhos futuros, durante a pós graduação.

### **3.2. Alterações na inserção ocupacional do jovem nos anos 90**

A partir dos anos 80 e, mais precisamente, na década de 90, foram agravadas e dificultadas sobremaneira as condições de entrada e permanência do jovem no mundo do trabalho, principalmente nas melhores ocupações juvenis. São sintomas dessas dificuldades o crescimento generalizado do desemprego juvenil e a precarização de parcela crescente das ocupações dos jovens, entre outros.

É importante não deixar de associar esse quadro a um processo mais amplo, denominado por Pochmann (1998a) de desestruturação do mercado de trabalho. Na medida em que os determinantes desse processo já foram discutidos no capítulo 1, serão lembradas apenas suas principais características: desemprego aberto, desassalariamento e geração de postos de trabalho precários. A idéia é a de mostrar que as alterações verificadas, na década de 90, no padrão de inserção ocupacional do jovem, resultam da referida desestruturação, ou seja, as transformações econômicas e sociais que ocorreram nos anos 90 afetaram o funcionamento e a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, com fortes conseqüências para o seu segmento juvenil.

Isso posto, pode-se discutir, de forma mais adequada, as alterações recentes. Para tanto, convém apontar, ainda que brevemente, as principais características da inserção do jovem no mercado de trabalho no período que antecede aos anos 80. Até então havia, junto com a presença de crescimento econômico, uma oferta de empregos razoavelmente ampla e um mercado de trabalho organizado em torno de empregos assalariados formais. Tais elementos proporcionavam a existência de condições favoráveis à mobilidade social que, por sua vez, garantia a relativa estabilidade do padrão de inserção ocupacional dos jovens. Enfim, até 1980, a taxa de desemprego era relativamente baixa e existiam

possibilidades de ingresso dos jovens nos empregos ditos regulares (Pochmann, 1998b)<sup>7</sup>.

Contraopondo-se ao período anterior a 1980, os anos 90 foram marcados por uma elevada instabilidade ocupacional dos jovens. As oportunidades de ingresso dos mesmos nos setores modernos do mercado de trabalho tornaram-se progressivamente escassas; o desemprego juvenil atingiu patamares inéditos no país e teve-se uma diminuição dos postos de trabalho de jovens nos segmentos assalariados, que se mostrou maior do que a elevação nos segmentos autônomos. Estas alterações se expressam em um crescimento das barreiras tanto de acesso ao primeiro emprego<sup>8</sup> quanto de manutenção do jovem na ocupação.

Pochmann (1998b) analisa, entre outros, no período 1989/96, três aspectos importantes dessas alterações: 1) o desemprego juvenil; 2) o desassalariamento; e 3) as ocupações não assalariadas. No tocante ao primeiro aspecto, é relevante destacar que o desemprego juvenil manteve-se, de forma mais expressiva, na faixa de 15 a 19 anos e que se expandiu consideravelmente em todas as regiões geográficas. Segundo Pochmann, essa expansão mostrou-se menor na região Nordeste que, ainda assim, foi responsável por 24,7% do desemprego juvenil de 1996, ficando atrás apenas do Sudeste, responsável por 48,7% (Pochmann, 1998b: 49).

Em relação ao desassalariamento<sup>9</sup>, Pochmann o trata como um fenômeno geral, isto é, que atinge todos os trabalhadores, sobretudo os jovens, e que decorre do fato de a destruição de empregos assalariados ter se mostrado maior do que a criação e da expansão dos postos de trabalho não assalariados nos

---

<sup>7</sup> Todavia, esse autor alerta para o fato de essa estabilidade não ter impedido a geração de um “quadro de desigualdades com insuficiência de empregos regulares para a **totalidade** da população jovem” (Pochmann, 1998b: 13). (Grifo meu).

<sup>8</sup> Uma análise mais detalhada acerca da problemática do primeiro emprego pode ser encontrada em Pochmann (2000).

<sup>9</sup> Essa questão da existência de um processo de desassalariamento ainda não está totalmente esclarecida. Tem-se, na pesquisa do Prof.Dr. Waldir Quadros, dados (ainda inéditos) de suas primeiras análises, cujos resultados, ainda preliminares, apontam para o fato de, no período 1992/98, a proporção de assalariados (formais e informais) no total dos ocupados não ter se retraído (houve uma retração rural compensada pela expansão urbana).

anos 90. Este autor mostra que, no período 1989/96, o emprego assalariado do jovem decresceu em 23,8%. Na sua análise regional, o Nordeste é apontado como a região onde se teve a maior redução (25,9%) de empregos assalariados. Outro dado interessante apresentado por Pochmann é o de que o setor primário foi responsável por uma redução de 66,3% dos empregos assalariados com registro pertencentes aos jovens (*Idem, ibidem*: 63/64). No tocante ao total da ocupação, verificou-se também uma queda nos empregos regulares do segmento juvenil. O autor afirma ainda que, no segmento formal, as oportunidades de trabalho abertas aos jovens, além de escassas, tendiam a concentrar-se nas pequenas e micro-empresas, que preferem jovens a partir de 18 anos e, em geral, oferecem condições precárias de trabalho, expressas por baixos salários e elevada instabilidade contratual (*Idem, ibidem*: 65).

Por fim, resta comentar as principais observações do autor sobre as ocupações não assalariadas, que englobam as ocupações sem remuneração, os trabalhadores conta-própria e os empregadores. Na década de 90, a expansão dessas ocupações não compensou a intensa redução no estoque de empregos assalariados para jovens, o que reforçou as dificuldades de inserção do jovem em setores organizados do mercado de trabalho. Na abordagem regional, o Nordeste teve a segunda menor expansão (63,3%) dessas ocupações não assalariadas (*idem, ibidem*: 70). Como se vê, foi na região Nordeste onde as ocupações não assalariadas cresceram menos, em termos relativos, ao mesmo tempo em que verificou-se a maior redução dos empregos assalariados formais, consubstanciando um quadro perverso sobretudo para a população jovem.

De um modo geral, pode-se dizer que, na década de 90, o trabalhador jovem perdeu espaço na ocupação total e, para agravar ainda mais a situação, “as alternativas ocupacionais, além de serem insuficientes para atender o número de jovens que ingressam anualmente no mercado de trabalho, concentraram-se nas ocupações não assalariadas” (*Idem, ibidem*: 68).

Um último aspecto, levantado por Pochmann, sobre essas alterações no padrão de inserção ocupacional do jovem na década de 1990 merece ser exposto.

Trata-se de uma classificação feita por este autor com o intuito de precisar as diferentes situações em que um trabalhador sem emprego, nos anos 90, inclusive e sobretudo o trabalhador jovem, pode encontrar-se. Neste sentido, são identificados basicamente quatro “tipos” de desemprego: 1) o recorrente; 2) o de reestruturação empresarial; 3) o de exclusão; e 4) o de inserção. O primeiro tipo está relacionado às ocupações associadas à “*flexibilidade quantitativa do mercado de trabalho*”: são ocupações nas quais a concorrência entre diferentes faixas etárias tende a ser pouco regulada, as exigências de qualificação profissional são baixas e as condições de trabalho e rendimento são flexíveis e instáveis. O desemprego de reestruturação empresarial, ou seja, aquele resultante de alterações no interior das empresas, atinge principalmente os jovens. No desemprego de exclusão, o trabalhador - que, em geral, possui baixa ou nenhuma escolaridade - fica marginalizado das “*ocupações geradas no núcleo organizado da economia nacional*”. Finalmente, o desemprego de inserção diz respeito ao trabalhador que encontra dificuldades crescentes de encontrar o seu primeiro emprego (Pochmann, 1998b: 97/98).

A partir desta classificação, Pochmann conclui que se conformaram e difundiram “padrões heterogêneos de inserção da juventude ao mundo do trabalho”. Este autor detecta quatro padrões de inserção ocupacional dos jovens: 1) o de ofício profissional; 2) de emprego assalariado; 3) de emprego de função autônoma; e 4) de trabalho protegido. No primeiro padrão, há exigências de elevada formação educacional e as ocupações concentram-se nas atividades especializadas das grandes empresas. O segundo refere-se às atividades menos especializadas, com destaque para as pequenas e micro-empresas. No terceiro, o jovem pode inserir-se no trabalho por conta própria, tanto para a empresa como para o público. E, finalmente, no padrão de inserção por trabalho protegido, são encontradas as atividades garantidas sobretudo no setor não mercantil. Nestes dois últimos padrões, a ação do poder público é fundamental (*Idem, ibidem*: 99/100).

Enfim, são estes os padrões de inserção ocupacional dos jovens difundidos na década de 90. Eles resultam, sobretudo, da desestruturação do mercado de

trabalho, que foi impulsionada pela estagnação econômica oriunda das já discutidas transformações que ocorreram no país a partir da década de 1980 e que ganharam força e particularidades nos conturbados anos 90. E reforçam a instabilidade e a precariedade da inserção do jovem no mundo do trabalho.

### **3.3. O jovem nordestino de 15 a 19 anos: situação ocupacional em 1998**

Os anos 90 revelaram-se extremamente difíceis em vários aspectos. No tocante ao segmento jovem da população, foi visto, no item anterior, que as dificuldades de inserção/permanência do jovem no mundo do trabalho foram agravadas. As alterações, já analisadas acima, no padrão de inserção do jovem fazem parte de uma “crise de reprodução social”<sup>10</sup> que atinge todas as regiões, mas não de forma homogênea. Este é, então, o ponto de partida desse item, que tenta construir um cenário ocupacional do jovem entre 15 e 19 anos da região Nordeste, para o ano de 1998, procurando indicar algumas características da região para, assim, precisar melhor a dimensão que esta crise assume nesta região.

A construção deste cenário está marcada por uma análise preliminar da faixa etária de 15 a 19 anos, do Nordeste e do Brasil, em relação ao conjunto da população, buscando mostrar, de modo mais claro, como o jovem é afetado de forma diferenciada. Nesta perspectiva, são expostas duas abordagens dessa questão. A primeira enfatiza uma discussão sobre mercado de trabalho, estando baseada na estrutura ocupacional individual, ou seja, pretende esboçar um quadro das atividades realizadas por esses jovens e da magnitude da ocupação e desocupação entre os mesmos. A segunda prioriza a estrutura social, partindo, então, da estrutura ocupacional familiar. Os dados aqui utilizados são da PNAD de 1998 e tabulados conforme a metodologia já detalhada.

### 3.3.1. Estrutura ocupacional individual

O objetivo deste item consiste em apontar as principais atividades desempenhadas, em 1998, pelos jovens de 15 a 19 anos no mercado de trabalho. Portanto, serão considerados os jovens ocupados e os desocupados que já trabalharam (desocupados no ano e em anos anteriores). Antes de detalhar essas atividades, julgou-se conveniente apresentar alguns dados gerais, que mostram a magnitude da população nordestina e brasileira, ocupada e desocupada, tanto na faixa etária de 15 a 19 anos quanto no conjunto da população.

**Tabela 1**  
**Dados gerais sobre Nordeste e Brasil**  
**PNAD - 1998**

Faixas Etárias	(15-19)		Conjunto da População (acima de 10 anos)	
	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil
População Total	5.363.408	16.971.625	35.776.273	127.732.727
População ocupada (na semana de referência)	2.386.462	7.043.653	19.841.637	69.255.382
População Desocupada que já trabalhou (individual)	253.179	1.094.458	1.397.716	6.194.457
Desocupados com ocupação no ano de referência	167.192	749.736	781.883	3.536.487
Desocupados com ocupação em anos anteriores	85.987	344.722	615.833	2.657.970

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

Uma análise percentual da Tabela 1 revela que, no Nordeste, os jovens ocupados representam 44,5% da população total de jovens nordestinos nessa faixa, enquanto que 54% da população nordestina (acima de 10 anos) encontra-se ocupada. No Brasil, 41,5% dos jovens de 15 a 19 anos estão ocupados e a totalidade da população ocupada representa 54,2% da população total (acima de 10 anos). Em relação ao conjunto da população nordestina ocupada, os jovens nordestinos representam 12% enquanto que, no Brasil, os jovens ocupados representam 10,2% do conjunto da população ocupada. Isto significa que, em 1998, tanto no Nordeste quanto no Brasil, a proporção de jovens ocupados em

<sup>10</sup> De acordo com Quadros, essa crise se torna visível a partir do momento em que "as gerações mais novas estão enfrentando dificuldades crescentes, muitas vezes intransponíveis, para manter as condições sociais de suas famílias de origem" (Quadros, 2000: 4).

relação à população total de jovens está abaixo da encontrada para o conjunto da população ocupada em relação à população total. Já a proporção de jovens nordestinos ocupados em relação ao total de ocupados nordestinos está acima da média nacional. Qual o significado desses dados? Sugerem que a situação da juventude nordestina está mais agravada, ou seja, nessa região, possivelmente, é mais premente a necessidade de o jovem de 15 a 19 anos trabalhar, conturbando ainda mais sua passagem, quando exista, pelo sistema escolar? Ou essa questão deve ser encarada partindo-se do imperativo da necessidade de trabalho, de modo que seria melhor o jovem estar ocupado ao invés de desempregado?

Para precisar melhor o significado dessa situação do jovem no Nordeste, convém detalhar as atividades exercidas pelos jovens nordestinos ocupados, comparando-as com as ocupações desempenhadas pelos jovens no Brasil. Observando-se os dados da Tabela 2, que expõe a estrutura ocupacional individual dos ocupados da região Nordeste, tem-se que 37,3% dos jovens de 15 a 19 anos encontram-se no grupo de "trabalhadores não remunerados". As ocupações assalariadas abarcam 31,7% desses jovens, sendo que 11,2% deles estão na camada média de operários e assalariados populares; 8% na baixa classe média assalariada; 6,4% pertencem ao grupo dos assalariados rurais temporários e 6,1% à camada inferior de operários e assalariados populares. Um último grupo relevante é o de trabalhadores domésticos, que abriga 9,6 % dos jovens nordestinos ocupados. Estes grupos representam 78,6% das atividades desempenhadas por esses jovens. Como se vê, a maior parte dos jovens ocupados na região Nordeste desempenham atividades precárias. Tanto é que, nesta mesma análise dos dados da Tabela 2, verifica-se que 71% desses jovens trabalham em atividades pertencentes à quarta camada de grupos ocupacionais. Portanto, optou-se por encarar o fato de a proporção de jovens nordestinos ocupados sobre o total de ocupados da região estar acima da média nacional como um sintoma da crise de reprodução social que obriga o jovem a ingressar no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, restringe esse ingresso às ocupações mais precárias.

**Tabela 2**  
**Ocupados na Semana de Referência**  
**Estrutura Ocupacional segundo faixa etária - Individual**  
**Nordeste - PNAD/1998**

Faixas Etárias	(15-19)		Conjunto da Pop.	
Grupos Ocupacionais	%	Pop. Ocupada	%	Pop. Ocupada
<b>1ª Camada</b>	<b>0,6</b>	<b>15.536</b>	<b>6,2</b>	<b>1.232.819</b>
A Proprietários Empregadores	0,1	3.431	2,5	494.216
B Profissionais Empregadores	0,0	-	0,1	26.919
C.1 Profissionais Autônomos - Camada Superior	0,0	-	0,2	36.618
D.1 Alta Classe Média Assalariada	0,4	10.212	3,2	626.630
C.2 Profissionais Autônomos - Camada Média	0,1	1.893	0,2	48.436
<b>2ª Camada</b>	<b>2,1</b>	<b>50.592</b>	<b>8,0</b>	<b>1.598.861</b>
D.2 Média Classe Média Assalariada	1,2	28.995	3,1	624.310
F.1 Trabalhadores Autônomos - Camada Superior	0,3	7.362	1,2	244.399
E Proprietários Conta Própria - Urbanos	0,6	14.235	3,7	730.152
<b>3ª Camada</b>	<b>26,3</b>	<b>627.327</b>	<b>43,0</b>	<b>8.536.882</b>
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	1,2	29.238	2,4	464.861
L Ignorados	0,1	1.540	0,0	9.652
C.3 Profissionais Autônomos - Camada Inferior	0,6	14.740	0,5	105.552
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	8,0	191.067	9,4	1.860.581
F.2 Trabalhadores Autônomos - Camada Média	2,7	63.902	6,9	1.365.896
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	11,2	266.142	11,4	2.265.266
H.1 Proprietários Conta Própria - Rurais	1,8	42.908	11,0	2.188.427
F.3 Trabalhadores Autônomos - Camada Inferior	0,7	17.790	1,4	276.647
<b>4ª Camada</b>	<b>71,0</b>	<b>1.693.007</b>	<b>42,8</b>	<b>8.473.075</b>
G.3 Operários e Assal. Populares - Camada Inferior	6,1	145.863	4,2	823.574
H.3 Assalariados Rurais Permanentes	3,0	72.070	3,0	590.550
I Trabalhadores Domésticos	9,6	227.995	5,6	1.105.472
M Auto Construção - Não Ocupados	0,3	7.633	0,1	28.643
H.2 Trabalhadores Autônomos Rurais	1,3	31.047	2,0	393.668
H.4 Assalariados Rurais Temporários	6,4	151.656	4,0	785.127
F.4 Trabalhadores Autônomos - Camada Baixa	1,6	38.549	1,4	272.155
N Autoconsumo - Não Ocupados	2,9	68.192	4,8	960.571
K Ocupados com Autoconsumo	2,5	60.067	2,2	434.672
J Trabalhadores Não Remunerados	37,3	889.935	15,5	3.078.643
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>2.386.462</b>	<b>100,0</b>	<b>19.841.637</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

Essas atividades, no geral, também são relevantes, embora menos do que para os jovens, para o conjunto da população nordestina ocupada, representando 50,1% da população ocupada do Nordeste. Para este conjunto, o grupo dos trabalhadores não remunerados, ainda que seja bem mais expressivo entre os jovens, também é significativo para a totalidade da população ocupada, representando 15,5% da mesma. Resta, ainda, destacar a presença de dois grupos importantes para a totalidade da população nordestina ocupada, e pouco expressivos para os jovens: os proprietários conta própria rurais (11%) e a camada média de trabalhadores autônomos (6,9%).

Enfim, a Tabela 2 mostra que os ocupados do Nordeste também enfrentam o problema da precarização: 42,8% da população nordestina ocupada pertence à camada ocupacional pior situada. Trata-se de um problema que atinge toda a população ocupada da região, mas que se mostra bem mais acentuado entre os jovens nordestinos de 15 a 19 anos.

A estrutura ocupacional individual para o Brasil pode ser vista na Tabela 3. Os dados indicam que o grupo de trabalhadores não remunerados também é bastante expressivo (22,3% dos jovens de 15 a 19 anos pertencem ao mesmo), apesar de incluir proporcionalmente menos jovens do que no Nordeste. Tal grupo, somado ao de trabalhadores domésticos (10,2%), faz com que as atividades não assalariadas desempenhadas por esses jovens representem 32,5% do total de jovens ocupados no país. No Nordeste, essas funções englobam 46,9% dos jovens nordestinos ocupados, ou seja, quase a metade dos mesmos. Enquanto nessa região os grupos assalariados concentram 31,7% dos jovens, no Brasil esse número eleva-se para 49,7%. É pertinente apontar que, dentro das atividades assalariadas desempenhadas pelos jovens e consideradas relevantes no Brasil, aparece uma cuja importância não é elevada no Nordeste. Trata-se da camada superior dos operários e assalariados populares que engloba, no Brasil, 6% dos jovens e, no Nordeste, apenas 1,2%.

Analisando o conjunto da população ocupada no Brasil, observa-se que, nas ocupações relevantes para os jovens (que representam 82,2% deles) estão

**Tabela 3**  
**Ocupados na Semana de Referência**  
**Estrutura Ocupacional segundo faixa etária - Individual**  
**Brasil - PNAD/1998**

Faixas Etárias	(15-19)		TODOS	
Grupos Ocupacionais	%	Total	%	Total
<b>1ª Camada</b>	<b>1,0</b>	<b>71.888</b>	<b>10,3</b>	<b>7.092.214</b>
A Proprietários Empregadores	0,2	12.511	3,7	2.585.681
B Profissionais Empregadores	-	-	0,3	214.614
C.1 Profissionais Autônomos - Camada Superior	0,0	200	0,7	389.469
D.1 Alta Classe Média Assalariada	0,7	52.706	5,2	3.568.784
C.2 Profissionais Autônomos - Camada Média	0,1	6.471	0,5	333.666
<b>2ª Camada</b>	<b>3,4</b>	<b>240.330</b>	<b>10,3</b>	<b>7.135.279</b>
D.2 Média Classe Média Assalariada	2,4	168.966	5,0	3.481.059
F.1 Trabalhadores Autônomos - Camada Superior	0,4	27.123	1,8	1.216.075
E Proprietários Conta Própria - Urbanos	0,6	44.241	3,5	2.438.145
<b>3ª Camada</b>	<b>43,0</b>	<b>3.028.143</b>	<b>48,4</b>	<b>33.530.051</b>
C.3 Profissionais Autônomos - Camada Inferior	0,5	38.798	0,7	462.490
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	6,0	419.644	6,5	4.534.391
L Ignorados	0,1	8.768	0,1	51.809
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	16,6	1.166.436	13,0	8.999.255
F.2 Trabalhadores Autônomos - Camada Média	2,5	180.806	7,3	5.084.476
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	15,7	1.105.872	13,9	9.594.626
F.3 Trabalhadores Autônomos - Camada Inferior	0,6	40.154	1,3	901.134
H.1 Proprietários Conta Própria - Rurais	1,0	67.665	5,6	3.901.870
<b>4ª Camada</b>	<b>52,6</b>	<b>3.703.292</b>	<b>31,0</b>	<b>21.497.838</b>
G.3 Operários e Assal. Populares - Camada Inferior	6,5	455.233	3,2	2.217.660
F.4 Trabalhadores Autônomos - Camada Baixa	0,9	64.551	0,9	622.355
H.3 Assalariados Rurais Permanentes	3,5	243.104	2,9	2.035.749
I Trabalhadores Domésticos	10,2	721.679	7,2	5.007.022
H.2 Trabalhadores Autônomos Rurais	0,5	37.591	0,7	496.541
H.4 Assalariados Rurais Temporários	4,9	342.367	2,7	1.838.653
M Auto Construção - Não Ocupados	0,4	28.207	0,2	150.319
N Autoconsumo - Não Ocupados	2,0	144.024	3,2	2.221.038
K Ocupados com Autoconsumo	1,4	95.595	1,3	873.228
J Trabalhadores Não Remunerados	22,3	1.570.941	8,7	6.035.273
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>7.043.653</b>	<b>100,0</b>	<b>69.255.382</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

incluídos 55,2% da população ocupada nacional. Neste conjunto, o peso dos trabalhadores não remunerados é relativamente pequeno (8,7%) e, nas ocupações assalariadas, estão presentes as camadas alta e média da classe média assalariada que, juntas, englobam 10,2% da totalidade da população ocupada no Brasil. Estes dois grupos, no Nordeste, incluem 6,3% da conjunto da população nordestina ocupada. Também há, portanto, indícios de precarização no Brasil: 52,6% dos jovens ocupados e 31% do conjunto da população ocupada estão na quarta camada. Contudo, este processo mostra-se mais intenso no Nordeste e, tanto no Brasil quanto nessa região, atinge mais fortemente o segmento juvenil da população ocupada.

Em suma, o peso das ocupações não assalariadas e pior situadas no Nordeste é maior do que no Brasil, tanto para o segmento juvenil quanto para o conjunto da população ocupada. Já as atividades assalariadas no Nordeste concentram menos trabalhadores do que no Brasil. Além disso, nessa região, as ocupações das camadas alta e média da classe média assalariada, assim como da camada superior de operários e assalariados populares, não se mostraram expressivas.

Para completar esse esboço de análise da estrutura ocupacional individual, é mister considerar também os desocupados que já trabalharam (no ano e em anos anteriores), seus grupos ocupacionais mais relevantes e seu peso frente aos ocupados. Seguindo o mesmo processo de procurar os grupos ocupacionais mais expressivos, tem-se, observando a Tabela 4 que, no Nordeste, os jovens desocupados (no ano e em anos anteriores) concentram-se em 5 grupos que, juntos, representam 80,9% dos jovens nordestinos desocupados. Destes grupos, 48,3% realizavam atividades assalariadas: 16,7% dos jovens desocupados trabalhavam na baixa classe média assalariada, 20,9% na camada média de operários e assalariados populares e 10,7% na camada inferior de operários e assalariados populares. O grupo no qual houve a maior perda de empregos de jovens no Nordeste foi o de trabalhadores domésticos (25,7%). Os trabalhadores não remunerados também foram afetados: representam 6,9% dos jovens nordestinos desocupados que já trabalharam.

**Tabela 4**  
**Total de Desocupados**  
**Estrutura Ocupacional segundo faixa etária - Individual**  
**Nordeste - PNAD/1998**

Faixas Etárias	(15-19)		Conjunto da POP.	
Grupos Ocupacionais	%	Pop. Desocup.	%	Pop. Desocup.
<b>1ª Camada</b>	<b>1,5</b>	<b>3.811</b>	<b>2,9</b>	<b>41.465</b>
A Proprietários Empregadores	-	-	0,3	4.741
B Profissionais Empregadores	-	-	-	-
C.1 Profissionais Autônomos - Camada Superior	-	-	0,0	411
D.1 Alta Classe Média Assalariada	1,5	3.811	2,5	34.262
C.2 Profissionais Autônomos - Camada Média	-	-	0,1	2.051
<b>2ª Camada</b>	<b>1,7</b>	<b>4.317</b>	<b>4,6</b>	<b>63.929</b>
D.2 Média Classe Média Assalariada	1,3	3.246	3,2	44.216
F.1 Trabalhadores Autônomos - Camada Superior	0,2	505	0,5	6.475
E Proprietários Conta Própria - Urbanos	0,2	566	0,9	13.238
<b>3ª Camada</b>	<b>42,7</b>	<b>108.176</b>	<b>48,9</b>	<b>681.631</b>
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	2,1	5.404	3,2	44.741
L Ignorados	-	-	0,1	1.785
C.3 Profissionais Autônomos - Camada Inferior	0,5	1.277	0,4	4.950
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	16,7	42.282	18,8	262.141
F.2 Trabalhadores Autônomos - Camada Média	1,9	4.801	4,6	63.642
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	20,9	52.937	20,9	291.463
H.1 Proprietários Conta Própria - Rurais	-	-	0,3	4.104
F.3 Trabalhadores Autônomos - Camada Inferior	0,6	1.475	0,6	8.805
<b>4ª Camada</b>	<b>54,1</b>	<b>136.875</b>	<b>43,6</b>	<b>610.691</b>
G.3 Operários e Assal. Populares - Camada Inferior	10,7	26.971	8,1	113.006
H.3 Assalariados Rurais Permanentes	2,2	5.586	1,7	23.515
I Trabalhadores Domésticos	25,7	65.179	15,2	212.381
M Auto Construção - Não Ocupados	0,2	410	0,2	3.432
H.2 Trabalhadores Autônomos Rurais	-	-	0,0	518
H.4 Assalariados Rurais Temporários	3,6	9.330	3,0	41.891
F.4 Trabalhadores Autônomos - Camada Baixa	0,4	1.126	0,5	6.538
N Autoconsumo - Não Ocupados	0,2	501	0,2	3.092
K Ocupados com Autoconsumo	1,1	2.670	0,6	9.052
J Trabalhadores Não Remunerados	6,9	17.364	2,7	38.086
L.1 Não Respondeu	3,1	7.738	11,4	159.180
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>253.179</b>	<b>100,0</b>	<b>1.397.716</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

Em relação ao conjunto da população desocupada do Nordeste, estes 5 grupos representam 65,7% dos trabalhadores nordestinos desocupados. No tocante às atividades assalariadas, tem-se que as mesmas englobam 47,8% da população desocupada do Nordeste, evidenciando seu peso na população desocupada em geral e na população jovem. Mas, em relação aos trabalhadores domésticos e não remunerados, observa-se que estes grupos não são tão expressivos para o conjunto da população desocupada (17,9%) quanto para os jovens desocupados (32,6%). Além disso, grupos pouco expressivos para os jovens (alta e média classe média assalariada, camada superior de operários e assalariados populares e camada média de trabalhadores autônomos) que, juntos representam 6,8% dos jovens desocupados, são relevantes para o conjunto da população desocupada, onde os mesmos incluem 13,5% da totalidade dos trabalhadores nordestinos desocupados.

De um modo geral, pode-se dizer, então, que quase metade dos desempregados que já trabalharam, no Nordeste, em 1998, encontrava-se vinculada às atividades assalariadas, tanto entre os jovens como entre o conjunto da população nordestina desocupada. Outro grupo importante na análise da desocupação, sobretudo entre os jovens, é o de trabalhadores domésticos, que concentra um quarto dos jovens nordestinos desocupados.

Antes de analisar o peso, na população ocupada nordestina, dos grupos mais relevantes de desocupados do Nordeste, separando os desocupados no ano dos desocupados em anos anteriores, convém descrever os grupos ocupacionais mais relevantes, no sentido de englobarem o grosso da população, jovem e em conjunto, desocupada do Brasil. Observando-se a Tabela 5, nota-se que, no Brasil, o grupo de trabalhadores domésticos também é relevante na população jovem desocupada, representando 21,4% da mesma. No conjunto da população desocupada, este grupo é também importante (14,0%), ainda que menos do que em relação aos jovens. No segmento juvenil, os trabalhadores domésticos englobam um quinto dos jovens desocupados no Brasil e um quarto no Nordeste. Já o grupo dos trabalhadores não remunerados não é expressivo no Brasil, representando menos da metade do que ele representa no Nordeste.

**Tabela 5**  
**Total de Desocupados**  
**Estrutura Ocupacional segundo faixa etária - Individual**  
**Brasil - PNAD/1998**

Faixas Etárias	(15-19)		Conjunto da POP.	
	%	Pop. Desocup.	%	Pop. Desocup.
<b>1ª Camada</b>	<b>1,0</b>	<b>11.586</b>	<b>4,0</b>	<b>245.844</b>
A Proprietários Empregadores	-	-	0,6	32.209
B Profissionais Empregadores	-	-	0,0	977
C.1 Profissionais Autônomos - Camada Superior	-	-	0,1	8.925
D.1 Alta Classe Média Assalariada	1,0	11.267	3,1	193.464
C.2 Profissionais Autônomos - Camada Média	0,0	319	0,2	10.269
<b>2ª Camada</b>	<b>2,7</b>	<b>29.187</b>	<b>5,8</b>	<b>356.202</b>
D.2 Média Classe Média Assalariada	2,3	25.269	4,3	263.795
F.1 Trabalhadores Autônomos - Camada Superior	0,1	975	0,5	27.998
E Proprietários Conta Própria - Urbanos	0,3	2.943	1,0	64.409
<b>3ª Camada</b>	<b>58,1</b>	<b>635.442</b>	<b>65,1</b>	<b>4.034.731</b>
C.3 Profissionais Autônomos - Camada Inferior	0,2	2.386	0,1	10.140
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	8,2	89.829	8,3	513.369
L Ignorados	1,5	16.915	10,3	636.071
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	22,0	240.948	19,9	1.230.662
F.2 Trabalhadores Autônomos - Camada Média	1,8	19.341	4,0	250.645
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	23,8	260.458	21,7	1.345.396
F.3 Trabalhadores Autônomos - Camada Inferior	0,4	3.864	0,6	35.370
H.1 Proprietários Conta Própria - Rurais	0,2	1.701	0,2	13.078
<b>4ª Camada</b>	<b>38,2</b>	<b>418.243</b>	<b>25,1</b>	<b>1.557.680</b>
G.3 Operários e Assal. Populares - Camada Inferior	7,4	81.072	5,1	317.697
F.4 Trabalhadores Autônomos - Camada Baixa	0,3	3.107	0,3	17.981
H.3 Assalariados Rurais Permanentes	1,9	21.218	1,5	90.282
I Trabalhadores Domésticos	21,4	233.885	14,0	865.763
H.2 Trabalhadores Autônomos Rurais	0,0	-	0,1	3.362
H.4 Assalariados Rurais Temporários	2,8	30.816	2,0	125.220
M Auto Construção - Não Ocupados	0,6	6.964	0,4	24.391
N Autoconsumo - Não Ocupados	0,3	3.630	0,2	13.129
K Ocupados com Autoconsumo	0,5	5.011	0,3	17.767
J Trabalhadores Não Remunerados	3,0	32.540	1,3	82.088
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>1.094.458</b>	<b>100,0</b>	<b>6.194.457</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

Além dos trabalhadores domésticos, no Brasil, o restante dos 82,8% dos grupos mais expressivos encontra-se nas atividades assalariadas. Estas incluem 61,4% dos jovens desocupados e 49,9% do conjunto da população desocupada. Entre os jovens, sua distribuição entre as ocupações assalariadas é a seguinte: 8,2% deles na camada superior de operários e assalariados populares, 22% na baixa classe média assalariada, 23,8% na camada média de operários e assalariados populares e 7,4% na camada inferior destes últimos. Cabe apontar que a camada superior de operários e assalariados populares, no Brasil, faz parte dos grupos mais expressivos enquanto que, no Nordeste, este grupo representa apenas 2,1% dos jovens desocupados.

Comparando-se os dados da população jovem desocupada do Brasil com os do Nordeste, constata-se que, nesta região, a participação dos trabalhadores domésticos é ligeiramente maior, o que indica que, tanto no Brasil quanto no Nordeste, este grupo concentra parte considerável do desemprego juvenil, o que também decorre de sua expressividade nos jovens ocupados. A camada superior de operários e assalariados populares tem relevância apenas no Brasil, enquanto que o grupo dos trabalhadores não remunerados é mais expressivo no Nordeste. Um outro ponto importante é que a proporção de jovens desocupados oriundos de atividades assalariadas é maior no Brasil do que no Nordeste, do mesmo modo que a proporção de jovens ocupados.

Para dar início à análise do peso dos desocupados nos ocupados, considerando os grupos mais relevantes já destacados e descritos, parte-se dos dados gerais contidos na Tabela 1. No Nordeste, os jovens desocupados de 15 a 19 anos representam 4,7% da população jovem da região. Já no Brasil esse número eleva-se para 6,4%, indicando que, na região Nordeste, a proporção de jovens desocupados em relação à população jovem regional está abaixo da média nacional. Mas, tanto no Brasil quanto no Nordeste, a participação dos jovens desocupados no ano na população jovem é maior do que a dos jovens desocupados em anos anteriores. Dos 4,7% de jovens nordestinos desocupados que já trabalharam, ou seja, excetuando-se aqueles que estão à procura do primeiro emprego, 66% perderam o emprego no ano de referência e 34% em anos

anteriores. No Brasil, não é muito diferente: dos 6,4% de jovens desocupados, 69% tiveram ocupação no ano de referência e 31% em anos anteriores.

No que diz respeito ao conjunto da população desocupada, a proporção de desocupados que já trabalharam, no Brasil e no Nordeste, em relação à população total (acima de 10 anos) é menor do que a mesma proporção de desocupados jovens. Tal fato corrobora a hipótese de que o jovem tem sido mais afetado pelo desemprego do que a totalidade da população. Aqui, também, o peso dos desocupados no ano de referência é maior do que o dos desocupados em anos anteriores. No Nordeste, 3,9% da população total (acima de 10 anos) está desocupada já tendo trabalhado no ano ou em anos anteriores, sendo que destes 56,4% perderam o emprego no ano do inquérito domiciliar da PNAD e 43,6% o fizeram em anos anteriores. No Brasil, a participação da população desocupada na total é de 4,8%, dos quais 58,3% é composto de desocupados com ocupação no ano e 41,7% com ocupação em anos anteriores.

Resta, ainda, salientar o quanto os jovens nordestinos desocupados representam no total de desocupados da região Nordeste. Pela Tabela 1, percebe-se que, do total de desocupados dessa região, a faixa etária de 15 a 19 anos responde por 18,1%. No Brasil, os jovens desocupados representam 17,7% do total nacional de desocupados. Constata-se, então, que, não obstante o fato de a participação dos jovens nordestinos desocupados na população jovem da região ser menor do que a participação, no Brasil, dos jovens desocupados na população jovem nacional, o peso dos jovens nordestinos desocupados no total de desocupados da região é maior, embora não muito, do que o peso dos desocupados jovens do Brasil no total de desocupados do país.

Feitos esses comentários gerais, pode-se partir para observações a respeito do peso dos grupos relevantes de desocupados, jovens e em geral, na população ocupada, jovem e em geral. A Tabela 6 mostra a população jovem desocupada do Nordeste em relação aos jovens nordestinos ocupados. Através dela, é possível ver o peso dos grupos mais expressivos de jovens desocupados no Nordeste.

Os grupos relevantes de jovens nordestinos desocupados que já trabalharam se subdividem em dois: 1) ocupações assalariadas (baixa classe média assalariada e camadas média e inferior de operários e assalariados populares) e 2) atividades não assalariadas (trabalhadores domésticos e não remunerados). O primeiro representa, como já foi dito, 48,3% dos jovens nordestinos desocupados e, o segundo, 32,6%. Considerado o total de jovens desocupados que já trabalharam, ou seja excetuando-se aqueles que estão procurando o primeiro emprego, no Nordeste, tem-se que eles representam 10,6 % do total de jovens nordestinos ocupados. O peso dos jovens nordestinos que perderam o emprego no ano de referência sobre os jovens ocupados é de 7%

Tabela 6  
Peso dos Desocupados sobre os Ocupados  
 Estrutura Ocupacional segundo faixa etária - Individual  
 Nordeste - PNAD/1998

Faixa Etária	(15-19)						
	Ócupados	Total Desocup.	Desocup. ANO	Desocup. AA	% Des/Ocup	Peso dos Des/ano	Peso dos Des/AA
3ª CAMADA	627.327	108.176	71.106	37.070	17,2	11,3	5,9
4ª CAMADA	1.693.007	136.875	90.257	46.618	8,1	5,3	2,8
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	191.067	42.282	25.357	16.925	22,2	13,3	8,9
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	29.238	5.404	4.161	1.243	18,5	14,2	4,3
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	266.142	52.937	35.747	17.190	19,9	13,4	6,5
G.3 Operários e Assal. Populares - Camada Inferior	145.863	26.971	20.042	6.929	18,5	13,7	4,8
I Trabalhadores Domésticos	227.995	65.179	42.512	22.667	28,5	18,6	9,9
J Trabalhadores Não remunerados	889.935	17.364	11.731	5.633	1,9	1,3	0,6
Todos os grupos ocupacionais	2.386.462	253.179	167.192	85.987	10,6	7,0	3,6

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

e o dos jovens que o fizeram em anos anteriores é de 3,6%. Isto significa que, para cada 100 jovens ocupados no Nordeste, existem 11 desocupados, 7 que tiveram alguma ocupação no ano e 4 em anos anteriores.

Para os grupos ocupacionais mais expressivos, essa proporção eleva-se consideravelmente, exceto para o grupo de trabalhadores não remunerados, no qual a proporção diminui bastante. Esta redução é explicada pela elevada participação de jovens ocupados neste grupo. Nos demais grupos, a proporção de jovens desocupados sobre ocupados tende a dobrar e o peso dos jovens desocupados no ano tende a representar mais da metade do total de jovens

desocupados em cada grupo. O grupo que tem o maior peso de jovens desocupados sobre os ocupados é o dos trabalhadores domésticos. Nele, para cada 100 jovens nordestinos ocupados, existem 29 desocupados, 19 desocupados no ano e 10 em anos anteriores. Na 3ª camada, o peso dos jovens nordestinos desocupados sobre os ocupados está acima da média (17,2%). Já na 4ª camada, este peso está abaixo (8,1%), devido principalmente à presença, nesta camada, do grupo de trabalhadores não remunerados que, ao destoar dos demais grupos da camada, “puxa” a média da camada para baixo.

Comparando-se esses dados com os referentes ao conjunto da população nordestina (ocupada e desocupada) encontrados na Tabela 7, percebe-se que a proporção de jovens desocupados sobre ocupados é mais elevada do que a da população nordestina desocupada sobre a ocupada. Enquanto existem, para cada 100 jovens ocupados, 11 desocupados, tem-se que, no conjunto da população, para cada 100 ocupados há 7 desocupados, 4 desocupados no ano e 3 em anos anteriores. Mais uma vez, fica evidente que o impacto do desemprego no segmento juvenil é mais intenso. Também no conjunto da população nordestina, o grupo que apresenta a maior proporção de desocupados que já trabalharam sobre ocupados é o dos trabalhadores domésticos. Neste, para cada 100 ocupados, existem 19 desocupados, 11 desocupados no ano e 8 em anos anteriores. Vê-se também que, no conjunto da população, o peso dos desocupados no ano sobre a população ocupada é maior do que o de trabalhadores que perderam o emprego

**Tabela 7**  
**Peso dos Desocupados sobre os Ocupados**  
**Estrutura Ocupacional segundo faixa etária - Individual**  
**Nordeste - PNAD/1998**

Faixas Etárias	CONJUNTO DA POPULAÇÃO						
	Ocupados	Total Desocup.	Desocup. ANO	Desocup. AA	% Des/Ocup	Peso dos Des/Ano	Peso dos Des/AA
3ª CAMADA	8.538.882	681.631	416.849	264.782	8,0	4,9	3,1
4ª CAMADA	8.473.075	610.691	301.422	309.269	7,2	3,6	3,7
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	1.860.581	262.141	135.798	126.343	14,1	7,3	6,8
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	464.861	44.741	31.670	13.071	9,6	6,8	2,8
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	2.265.266	291.463	188.853	102.610	12,8	8,3	4,5
G.3 Operários e Assal. Populares - Camada Inferior	823.574	113.006	79.446	33.560	13,7	9,6	4,1
I Trabalhadores Domésticos	1.105.472	212.381	126.907	85.474	19,2	11,5	7,7
J Trabalhadores Não remunerados	3.078.643	38.086	25.653	12.433	1,2	0,8	0,4
<b>Todos os grupos ocupacionais</b>	<b>19.841.637</b>	<b>1.397.716</b>	<b>781.883</b>	<b>615.833</b>	<b>7,0</b>	<b>3,9</b>	<b>3,1</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

em anos anteriores. Além disso, nas terceira e quarta camadas, a participação dos desocupados nordestinos sobre os ocupados mostra-se ligeiramente acima da média. Pode-se inferir que, na 4ª camada, a distorção do grupo de trabalhadores não remunerados deve ter sido contrabalançada pelo elevado peso, nos demais grupos dessa camada, dos desocupados nordestinos sobre os ocupados dessa região.

Fazendo esse mesmo tipo de discussão para o Brasil, uma primeira observação visa informar que os grupos ocupacionais relevantes para os jovens desocupados que já trabalharam diferem um pouco dos da região Nordeste. Basicamente porque, no Brasil, o grupo de trabalhadores não remunerados não se destaca como expressivo, ao passo que a camada superior de operários e assalariados populares, que não é expressiva no Nordeste, pertence aos grupos relevantes do país.

A partir da Tabela 8 nota-se que a proporção de jovens desocupados sobre ocupados no Brasil é maior do que no Nordeste. No país, para cada 100 ocupados tem-se 16 desocupados, 11 desocupados no ano e 5 em anos anteriores. Tal fato pode indicar a possibilidade de existência de outras regiões com elevada proporção de desocupados sobre ocupados, o que sugere que o impacto da desocupação nos jovens nordestinos é menor do que nos demais jovens do país. Nos grupos relevantes do Brasil a situação é ainda mais adversa:

**Tabela 8**  
**Peso dos Desocupados sobre os Ocupados**  
**Estrutura Ocupacional segundo faixa etária - individual**  
**Brasil - PNAD/1998**

Faixas Etárias	(15-19)						
	Ocupados	Total	Desocup.	Desocup.	%	Peso dos	Peso dos
Grupos Ocupacionais		Desocup.	ANO	AA	Des/Ocup	Des/Ano	Des/AA
3ª CAMADA	3.028.143	635.442	424.237	211.205	21,0	14,0	7,0
4ª CAMADA	3.703.292	418.243	298.304	119.939	11,3	8,1	3,2
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	1.166.436	240.948	163.549	77.399	20,7	14,1	6,6
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	419.644	89.829	67.020	22.809	21,4	16,0	5,4
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	1.105.872	260.458	174.695	85.763	23,6	15,8	7,8
G.3 Operários e Assal. Populares - Camada Inferior	455.233	81.072	65.785	15.287	17,8	14,5	3,3
I Trabalhadores Domésticos	721.679	233.885	153.021	80.864	32,4	21,2	11,2
J Trabalhadores Não Remunerados	1.570.941	32.540	20.580	11.960	2,1	1,3	0,8
<b>Todos os grupos ocupacionais</b>	<b>7.043.653</b>	<b>1.094.458</b>	<b>749.736</b>	<b>344.722</b>	<b>15,5</b>	<b>10,6</b>	<b>4,9</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

não tende a dobrar, como no Nordeste, mas, em geral, mostra-se uma vez e meia mais elevada do que a média de todos os grupos ocupacionais. No Brasil, o peso dos jovens desocupados no ano tende a representar mais da metade (68,4%) do total de jovens desocupados; no Nordeste, o peso desses jovens é um pouco menor (66%), indicando, novamente, que o impacto da desocupação (inclusive a recente, no ano) no jovem nordestino é menor do que no Brasil. Tem-se, ainda, que a maior proporção de jovens desocupados sobre ocupados também encontra-se no grupo dos trabalhadores domésticos, no qual para cada 100 jovens ocupados há 32 desocupados, 21 que perderam o emprego no ano e 11 em anos anteriores.

Observando-se também a totalidade da população no Brasil (Tabela 9), constata-se que a proporção de desocupados sobre ocupados é menor do que a verificada para os jovens, mas é maior do que a verificada para o conjunto da população nordestina. Enquanto que entre os jovens do Brasil existem, para cada 100 ocupados, 16 desocupados, no conjunto da população nordestina existem 7 e, no conjunto da população do Brasil, tem-se 9 desocupados, 5 que perderam o emprego no ano e 4 em anos anteriores.

No tocante aos grupos ocupacionais relevantes para o conjunto da população desocupada do Brasil, nota-se que a proporção de desocupados sobre ocupados também é inferior à que se encontra no seu segmento juvenil, indicando, mais uma vez, que o impacto do desemprego é maior para os trabalhadores jovens. Essa proporção também é menor do que a encontrada para os grupos relevantes do conjunto da população nordestina. Novamente, o grupo que apresentou a maior participação de desocupados sobre ocupados foi o de trabalhadores domésticos. Em tal grupo, para cada 100 ocupados, tem-se 17 desocupados, 11 com ocupação no ano de referência e 6 em anos anteriores.

**Tabela 9**  
**Peso dos Desocupados sobre os Ocupados**  
**Estrutura Ocupacional segundo faixa etária - Individual**  
**Brasil - PNAD/1998**

Faixas Etárias	CONJUNTO DA POPULAÇÃO							
	Grupos Ocupacionais	Ocupados	Total Desocup.	Desocup. ANO	Desocup. AA	% Des/Ocup	Peso dos Des/Ano	Peso dos Des/AA
3ª CAMADA		33.530.051	4.034.731	2.096.921	1.937.810	12,0	6,3	5,8
4ª CAMADA		21.497.838	1.557.680	1.088.717	468.963	7,2	5,1	2,2
D.3 Baixa Classe Média Assalariada		8.999.255	1.230.662	702.980	527.682	13,7	7,8	5,9
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior		4.534.391	513.369	348.716	164.653	11,3	7,7	3,6
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média		9.594.626	1.345.396	817.685	527.711	14,0	8,5	5,5
G.3 Operários e Assal. Populares - Camada Inferior		2.217.660	317.697	259.394	58.303	14,3	11,7	2,6
I Trabalhadores Domésticos		5.007.022	865.763	536.780	328.983	17,3	10,7	6,6
J Trabalhadores Não Remunerados		6.035.273	82.088	52.725	29.363	1,4	0,9	0,5
<b>Todos os grupos ocupacionais</b>		<b>69.255.382</b>	<b>6.194.457</b>	<b>3.536.487</b>	<b>2.657.970</b>	<b>8,9</b>	<b>5,1</b>	<b>3,8</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

Em suma, a crise nordestina está menos marcada pelo desemprego do que pelo elevado peso de jovens ocupados (acima da média nacional) que, em sua maioria, encontram-se distribuídos em atividades nas quais a precarização do trabalho é bastante intensa, indicando, assim, a presença de processos excludentes muito preocupantes no mundo do trabalho da região Nordeste.

### 3.3.2. Estrutura ocupacional familiar

Uma vez analisadas as atividades desempenhadas pelos jovens de 15 a 19 anos no Nordeste e no Brasil, resta discutir a origem familiar desses jovens. Neste sentido, é possível incluir nos desocupados aqueles que nunca trabalharam, mas que estão à procura da primeira ocupação, o que permite ter uma idéia da PEA e da PEA juvenil. Assim, antes de adentrar nos grupos familiares relevantes, convém rerepresentar, analisando percentualmente, os dados gerais da Tabela 1, incluindo o grupo de desocupados procurando o primeiro emprego e a PEA.

Na Tabela 10, pode-se observar que, no Nordeste, a PEA juvenil representa 54,8% da população nesta faixa etária, enquanto que, no Brasil, ela representa 55,5%. Os dados sobre a PEA total (incluindo todas as faixas etárias) são os

seguintes: no Nordeste e no Brasil, a PEA representa aproximadamente 61% das respectivas populações (acima de 10 anos). Tais resultados apontam para uma PEA juvenil proporcionalmente menor do que a PEA total, tanto no Brasil quanto na Região Nordeste.

**Tabela 10**  
**Dados gerais (estrutura familiar) sobre Nordeste e Brasil**  
**PNAD - 1998**

Faixas Etárias	(15-19)		Conjunto da População	
	Local	Nordeste	Brasil	Nordeste
População Total (acima de 10 anos)	5.363.408	16.971.625	35.776.273	127.732.727
PEA	2.937.923	9.420.853	21.900.821	78.021.961
População ocupada na semana de referência	2.386.462	7.043.653	19.841.637	69.255.382
População Desocupada (Total)	551.461	2.377.200	2.059.184	8.766.579
Desocupados com ocupação no ano de referência	167.192	749.736	781.883	3.536.487
Desocupados com ocupação em anos anteriores	85.987	344.722	615.833	2.657.970
Desocupados procurando a 1ª ocupação	298.282	1.282.742	661.468	2.572.122

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

Considerando-se a PEA nordestina, tem-se que a PEA juvenil dessa região é responsável por 13,4% da mesma. No Brasil, o peso da PEA jovem na total é de 12%, o que indica que o Nordeste não está muito distante da média nacional. Na região Nordeste, a composição da PEA juvenil é a seguinte: 81,2% dos jovens estão ocupados, 18,8% deles estão desocupados, 10,2% estão procurando o primeiro emprego, 5,7% perderam o emprego no ano de referência e 2,8% o fizeram em anos anteriores. Já a PEA total do Nordeste é composta por: 90,6% de ocupados, 9,4% de desocupados, 3% de desocupados procurando a primeira ocupação, 3,6% de desocupados que estiveram ocupados no ano de referência e 2,8% em anos anteriores. Verifica-se, nessa região que, proporcionalmente, o desemprego afeta mais os jovens, expressando-se em dificuldades de inserção/permanência dos mesmos no mercado de trabalho, já que mais da metade dos desocupados estão à procura do primeiro emprego.

No Brasil, a porcentagem de desocupados na PEA de jovens é de 25,2%, mostrando-se mais elevada do que a da região Nordeste. Detalhando mais: 13,6% da PEA juvenil estão em busca da primeira ocupação; 7,9% perderam o emprego

no ano de referência e 3,7% em anos anteriores. Observando a PEA nacional tem-se que 11,2% dos trabalhadores estão desocupados, 4,5% estiveram ocupados no ano, 3,4% em anos anteriores e 3,3% buscaram a primeira ocupação. Mais uma vez, fica evidente que o peso dos desocupados jovens em sua PEA é maior do que o do conjunto da população. Considerando a estrutura familiar, os dados também indicam que o desemprego afeta mais os jovens do que o conjunto da população e menos a região Nordeste do que a média nacional.

Analisando os dados referentes à região Nordeste, foram encontrados cerca de 10 grupos ocupacionais familiares <sup>11</sup> relevantes, que englobam 75,8 % do total de jovens nordestinos ocupados, 76,8% da população de jovens de 15 a 19 anos e 85,3% dos jovens desocupados. No Brasil, esses mesmos 10 grupos representam 82,8% da população jovem ocupada, 84,4% da população jovem total e 87,4% dos jovens desocupados. Com relação à população jovem ocupada (ver Tabela 11), os grupos familiares que mais se destacam no Nordeste são: o dos proprietários rurais conta própria (28,1%); a camada média de operários e assalariados populares (12,7%); a baixa classe média assalariada (9,9%) e a camada média de trabalhadores autônomos (8,8%). Já no Brasil (ver Tabela 12), os destaques são: proprietários rurais conta própria (14,1%); baixa classe média assalariada (14,1%); e camadas superior e média de operários e assalariados populares (22,8%).

---

<sup>11</sup> Os grupos são os seguintes: pequena propriedade empregadora; alta, média e baixa classe média assalariada; os proprietários conta própria urbanos e rurais; a camada média dos trabalhadores autônomos; as camadas superior, média e inferior dos operários e assalariados populares e os trabalhadores domésticos.

**Tabela 11**  
**Ocupados na Semana de Referência**  
**Estrutura Ocupacional segundo faixa etária - Familiar**  
**Nordeste - PNAD/1998**

Faixas Etárias	(15-19)		Conjunto da Pop.	
	%	Ocupados	%	Ocupados
<b>Grupos Ocupacionais</b>				
<b>1ª Camada</b>	<b>5,9</b>	<b>142.104</b>	<b>10,6</b>	<b>2.115.896</b>
A Proprietários Empregadores	3,8	90.441	5,1	1.020.837
B Profissionais Empregadores	0,0	1.116	0,2	41.393
C.1 Profissionais Autônomos - Camada Superior	0,0	421	0,3	59.556
D.1 Alta Classe Média Assalariada	1,9	44.527	4,6	920.255
C.2 Profissionais Autônomos - Camada Média	0,2	5.599	0,4	73.855
<b>2ª Camada</b>	<b>7,9</b>	<b>189.581</b>	<b>11,2</b>	<b>2.221.135</b>
D.2 Média Classe Média Assalariada	3,0	70.786	5,0	984.028
F.1 Trabalhadores Autônomos - Camada Superior	1,6	38.735	2,0	406.155
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	2,6	62.698	3,5	690.850
C.3 Profissionais Autônomos - Camada Inferior	0,7	17.362	0,7	140.102
<b>3ª Camada</b>	<b>38,8</b>	<b>922.804</b>	<b>38,7</b>	<b>7.683.483</b>
E Proprietários Conta Própria - Urbanos	5,5	130.658	6,4	1.263.658
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	9,9	235.418	10,7	2.126.462
L Ignorados	0,1	2.106	0,1	16.038
F.2 Trabalhadores Autônomos - Camada Média	8,8	209.214	8,5	1.694.038
J Trabalhadores Não Remunerados	0,7	16.864	0,4	75.199
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	12,7	303.215	11,6	2.293.970
M Auto Construção - Não Ocupados	0,1	1.246	0,0	7.613
F.3 Trabalhadores Autônomos - Camada Inferior	1,0	24.083	1,0	206.505
<b>4ª Camada</b>	<b>47,4</b>	<b>1.131.973</b>	<b>39,5</b>	<b>7.821.123</b>
G.3 Operários e Assal. Populares - Camada Inferior	3,5	84.655	3,3	656.501
I Trabalhadores Domésticos	5,3	126.180	3,3	657.007
F.4 Trabalhadores Autônomos - Camada Baixa	0,4	8.836	0,5	99.954
H.3 Assalariados Rurais Permanentes	3,7	87.400	3,4	677.276
N Autoconsumo - Não Ocupados	0,8	19.524	1,2	228.277
H.4 Assalariados Rurais Temporários	3,7	88.828	2,9	585.764
H.2 Trabalhadores Autônomos Rurais	1,4	33.780	1,5	292.611
H.1 Proprietários Conta Própria - Rurais	28,1	670.926	22,8	4.514.490
K Ocupados com Autoconsumo	0,5	11.844	0,6	109.243
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>2.386.462</b>	<b>100,0</b>	<b>19.841.637</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

**Tabela 12**  
**Ocupados na Semana de Referência**  
**Estrutura Ocupacional segundo faixa etária - Familiar**  
**Brasil - PNAD/1998**

Faixas Etárias	(15-19)		Conjunto da Pop.	
Grupos Ocupacionais	%	Ocupados	%	Ocupados
<b>1ª Camada</b>	<b>10,1</b>	<b>708.123</b>	<b>16,5</b>	<b>11.441.328</b>
A Proprietários Empregadores	5,7	400.527	6,9	4.811.975
B Profissionais Empregadores	0,1	7.513	0,5	314.003
C.1 Profissionais Autônomos - Camada Superior	0,2	12.296	0,8	582.303
D.1 Alta Classe Média Assalariada	3,6	255.332	7,6	5.254.329
C.2 Profissionais Autônomos - Camada Média	0,5	32.455	0,7	478.718
<b>2ª Camada</b>	<b>14,4</b>	<b>1.015.550</b>	<b>16,7</b>	<b>11.579.950</b>
D.2 Média Classe Média Assalariada	6,0	426.070	7,7	5.329.195
F.1 Trabalhadores Autônomos - Camada Superior	2,4	171.956	2,7	1.894.871
C.3 Profissionais Autônomos - Camada Inferior	0,8	52.515	0,8	544.103
E Proprietários Conta Própria - Urbanos	5,2	365.009	5,5	3.811.781
<b>3ª Camada</b>	<b>45,4</b>	<b>3.205.501</b>	<b>42,9</b>	<b>29.676.740</b>
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	10,4	733.325	9,5	6.556.756
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	14,1	996.007	12,8	8.861.365
L Ignorados	0,1	8.622	0,1	70.020
F.2 Trabalhadores Autônomos - Camada Média	7,0	494.556	7,8	5.371.941
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	12,4	873.930	11,6	8.027.216
J Trabalhadores Não Remunerados	0,6	41.483	0,3	211.189
F.3 Trabalhadores Autônomos - Camada Inferior	0,8	57.578	0,8	578.253
<b>4ª Camada</b>	<b>30,1</b>	<b>2.114.479</b>	<b>23,9</b>	<b>16.557.364</b>
M Auto Construção - Não Ocupados	0,1	3.879	0,1	38.486
F.4 Trabalhadores Autônomos - Camada Baixa	0,6	40.011	0,6	395.083
G.3 Operários e Assal. Populares - Camada Inferior	3,0	213.813	2,4	1.635.989
I Trabalhadores Domésticos	4,3	304.349	3,1	2.170.022
H.3 Assalariados Rurais Permanentes	4,0	283.470	3,3	2.284.377
N Autoconsumo - Não Ocupados	0,5	31.824	0,8	569.717
H.1 Proprietários Conta Própria - Rurais	14,1	994.149	10,9	7.534.480
H.4 Assalariados Rurais Temporários	2,6	179.801	1,8	1.298.501
H.2 Trabalhadores Autônomos Rurais	0,6	40.398	0,5	364.332
K Ocupados com Autoconsumo	0,3	22.785	0,4	266.377
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>7.043.653</b>	<b>100,0</b>	<b>69.255.382</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

No que se refere aos jovens nordestinos desocupados (ver Tabela 13), os principais grupos familiares são: camada média de operários e assalariados populares (18,0%); baixa classe média assalariada (16,1%); famílias com nenhum membro ocupado (10,9%) e camada média de trabalhadores autônomos (10,5%). No Brasil (ver Tabela 14), 30,1% dos jovens desocupados pertencem à famílias das camadas superior e média de operários e assalariados populares; 15,5% pertencem à baixa classe média assalariada; 8,2% à camada média de trabalhadores autônomos; e 8,1% dos jovens estão em famílias nas quais nenhum membro está ocupado.

De uma maneira geral, as ocupações mais expressivas, isto é, aquelas que representam as famílias dos jovens ocupados e dos desocupados, do Nordeste e do Brasil, não diferem de forma significativa. Resta apenas comentar que, no Nordeste, a proporção dos jovens ocupados pertencentes às famílias dos proprietários rurais conta própria é maior do que no Brasil, indicando uma maior precarização nessa região. Por outro lado, no Brasil, o grupo de operários e assalariados populares é mais expressivo do que no Nordeste, tanto em relação aos jovens ocupados quanto aos desocupados.

**Tabela 13**  
**Total de Desocupados**  
**Estrutura Ocupacional segundo faixa etária - Familiar**  
**Nordeste - PNAD/1998**

Faixas Etárias	(15-19)		Conjunto da Pop.	
Grupos Ocupacionais	%	Desocup.	%	Desocup.
<b>1ª Camada</b>	<b>6,1</b>	<b>33.868</b>	<b>7,5</b>	<b>154.647</b>
A Proprietários Empregadores	1,9	10.491	2,2	44.925
B Profissionais Empregadores	0,1	725	0,2	3.488
C.1 Profissionais Autônomos - Camada Superior	-	-	0,1	1.594
D.1 Alta Classe Média Assalariada	4,0	21.925	4,7	97.384
C.2 Profissionais Autônomos - Camada Média	0,1	727	0,4	7.256
<b>2ª Camada</b>	<b>14,3</b>	<b>79.059</b>	<b>14,8</b>	<b>305.154</b>
D.2 Média Classe Média Assalariada	5,3	29.302	6,4	131.714
F.1 Trabalhadores Autônomos - Camada Superior	2,5	13.762	2,1	43.766
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	5,8	31.811	5,4	111.712
C.3 Profissionais Autônomos - Camada Inferior	0,8	4.184	0,9	17.962
<b>3ª Camada</b>	<b>49,6</b>	<b>273.571</b>	<b>46,9</b>	<b>965.411</b>
E Proprietários Conta Própria - Urbanos	3,0	16.797	3,2	65.117
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	16,1	89.013	14,6	299.661
L Ignorados	0,1	514	0,1	1.240
F.2 Trabalhadores Autônomos - Camada Média	10,5	57.863	9,2	189.522
J Trabalhadores Não Remunerados	0,4	2.204	0,2	5.126
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	18,0	99.390	18,5	381.145
M Auto Construção - Não Ocupados	0,1	421	0,1	1.758
F.3 Trabalhadores Autônomos - Camada Inferior	1,3	7.369	1,1	21.842
<b>4ª Camada</b>	<b>19,1</b>	<b>105.054</b>	<b>17,3</b>	<b>356.817</b>
G.3 Operários e Assal. Populares - Camada Inferior	6,4	35.158	5,7	116.912
I Trabalhadores Domésticos	4,5	24.881	4,4	90.712
F.4 Trabalhadores Autônomos - Camada Baixa	0,4	2.345	0,4	9.113
H.3 Assalariados Rurais Permanentes	1,4	7.936	1,5	30.247
N Autoconsumo - Não Ocupados	0,6	3.416	0,3	6.972
H.4 Assalariados Rurais Temporários	1,2	6.473	1,9	38.334
H.2 Trabalhadores Autônomos Rurais	0,3	1.900	0,4	7.235
H.1 Proprietários Conta Própria - Rurais	3,8	21.149	2,6	53.204
K Ocupados com Autoconsumo	0,3	1.796	0,2	4.088
<b>Sub Total</b>	<b>89,1</b>	<b>491.552</b>	<b>86,5</b>	<b>1.782.029</b>
Sem Ocupação	10,9	59.909	13,5	277.155
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>551.461</b>	<b>100,0</b>	<b>2.059.184</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

**Tabela 14**  
**Total de Desocupados**  
**Estrutura Ocupacional segundo faixa etária - Familiar**  
**Brasil - PNAD/1998**

Faixas Etárias	(15-19)		Conjunto da Pop.	
Grupos Ocupacionais	%	Desocup.	%	Desocup.
<b>1ª Camada</b>	<b>8,8</b>	<b>209.861</b>	<b>9,6</b>	<b>839.109</b>
A Proprietários Empregadores	2,6	62.437	2,3	204.135
B Profissionais Empregadores	0,2	5.605	0,2	16.539
C.1 Profissionais Autônomos - Camada Superior	0,3	6.505	0,4	33.458
D.1 Alta Classe Média Assalariada	5,4	127.774	6,2	547.127
C.2 Profissionais Autônomos - Camada Média	0,3	7.540	0,4	37.850
<b>2ª Camada</b>	<b>14,9</b>	<b>353.790</b>	<b>14,0</b>	<b>1.225.719</b>
D.2 Média Classe Média Assalariada	7,9	187.917	7,7	677.620
F.1 Trabalhadores Autônomos - Camada Superior	2,7	63.017	2,4	208.248
C.3 Profissionais Autônomos - Camada Inferior	0,6	14.537	0,6	53.492
E Proprietários Conta Própria - Urbanos	3,7	88.319	3,3	286.359
<b>3ª Camada</b>	<b>55,0</b>	<b>1.307.542</b>	<b>52,9</b>	<b>4.637.657</b>
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	13,8	328.145	12,9	1.132.039
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	15,5	368.798	14,7	1.288.489
L Ignorados	0,1	3.079	0,1	6.657
F.2 Trabalhadores Autônomos - Camada Média	8,2	195.104	8,0	700.094
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	16,3	387.308	16,4	1.435.581
J Trabalhadores Não Remunerados	0,2	4.552	0,1	10.157
F.3 Trabalhadores Autônomos - Camada Inferior	0,9	20.556	0,7	64.640
<b>4ª Camada</b>	<b>13,2</b>	<b>313.672</b>	<b>12,5</b>	<b>1.091.669</b>
M Auto Construção - Não Ocupados	0,1	3.484	0,1	12.399
F.4 Trabalhadores Autônomos - Camada Baixa	0,3	7.867	0,5	46.190
G.3 Operários e Assal. Populares - Camada Inferior	3,2	76.335	3,4	294.614
I Trabalhadores Domésticos	4,4	105.096	4,1	355.962
H.3 Assalariados Rurais Permanentes	1,6	39.066	1,4	124.725
N Autoconsumo - Não Ocupados	0,4	8.889	0,2	19.259
H.1 Proprietários Conta Própria - Rurais	1,5	35.459	1,1	95.872
H.4 Assalariados Rurais Temporários	1,1	26.831	1,3	118.263
H.2 Trabalhadores Autônomos Rurais	0,2	5.706	0,2	13.172
K Ocupados com Autoconsumo	0,2	4.939	0,1	11.213
<b>Sub Total</b>	<b>91,9</b>	<b>2.184.865</b>	<b>88,9</b>	<b>7.794.154</b>
Sem Ocupação	8,1	192.335	11,1	972.425
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>2.377.200</b>	<b>100,0</b>	<b>8.766.579</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

Após essa - um tanto cansativa - descrição pode-se passar a um exame mais detalhado desses grupos ocupacionais familiares. Este exame respalda-se numa análise da participação dos jovens ocupados e desocupados no total de jovens de 15 a 19 anos do Nordeste e do Brasil. A Tabela 15 mostra o peso que os jovens ocupados, no Brasil e no Nordeste, têm na população total de jovens.

**Tabela 15**  
**Peso dos Jovens Ocupados na População Total de jovens de 15 a 19 anos**  
**Estrutura Ocupacional Familiar - PNAD/1998**  
**Nordeste e Brasil**

Local	Nordeste			Brasil		
	%	POP. TOTAL	Ocupados	%	POP. TOTAL	Ocupados
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	38,3	615.107	235.418	44,2	2.250.872	996.007
F.2 Trabalhadores Autônomos - Camada Média	44,5	469.665	209.214	39,0	1.266.579	494.556
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	30,1	208.313	62.698	40,3	1.821.585	733.325
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	41,1	738.637	303.215	38,9	2.248.824	873.930
H.1 Proprietários Conta Própria - Rurais	71,4	939.467	670.926	71,9	1.382.075	994.149
<b>Todos os grupos ocupacionais</b>	<b>44,5</b>	<b>5.363.408</b>	<b>2.386.462</b>	<b>41,5</b>	<b>16.971.626</b>	<b>7.043.653</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

Uma primeira observação aponta para o fato de os grupos familiares relevantes, exceto o de proprietários rurais conta própria, possuírem uma participação de jovens ocupados na população jovem oscilando em torno da taxa média, representada por todos os grupos ocupacionais. No Brasil essa taxa média é de 41,5% e, no Nordeste, é de 44,5%. Isto significa que, em média, a proporção de jovens ocupados em relação à população de jovens é maior nessa região do que no país. Analisando-se os grupos familiares, observa-se que o grupo no qual é maior a participação de jovens ocupados é o de proprietários rurais conta própria: no Nordeste, neste grupo, 71,9% dos jovens que nele vivem estão ocupados; e no Brasil, 71,4%. Este grupo está consideravelmente acima da referida taxa média. Com relação aos demais grupos, constata-se que, no Nordeste, o que tem menor proporção de jovens ocupados é a camada superior de operários e assalariados populares (30,1%). Já no Brasil, o grupo com essa característica é a camada média de operários e assalariados populares (38,9%).

São encontradas, na Tabela 16, informações sobre o peso dos jovens desocupados na população jovem, fornecidas para os principais grupos familiares. No Brasil, a participação dos desocupados no conjunto da população jovem de 15 a 19 anos é, em média, de 14% enquanto que, no Nordeste, esta média é um pouco mais baixa: 10,3%.

**Tabela 16**  
**Peso dos Jovens Desocupados na População Total de jovens de 15 a 19 anos**  
**Estrutura Ocupacional Familiar - PNAD/1998**  
**Nordeste e Brasil**

Local	Nordeste			Brasil		
	%	POP. TOTAL	Desocupados	%	POP. TOTAL	Desocupados
D.3 Baixa Classe Média Assalariada	14,5	615.107	89.013	16,4	2.250.872	368.798
F.2 Trabalhadores Autônomos - Camada Média	12,3	469.665	57.863	15,4	1.266.579	195.104
G.1 Operários e Assal. Populares - Camada Superior	15,3	208.313	31.811	18,0	1.821.585	328.145
G.2 Operários e Assal. Populares - Camada Média	13,5	738.637	99.390	17,2	2.248.824	387.308
Sem Ocupação	22,2	269.637	59.909	24,7	778.103	192.335
<b>Todos os grupos ocupacionais</b>	<b>10,3</b>	<b>5.363.408</b>	<b>551.461</b>	<b>14,0</b>	<b>16.971.626</b>	<b>2.377.200</b>

Fonte: F. IBGE, PNAD 1998

Considerando os grupos familiares relevantes, nota-se que, tanto no Nordeste quanto no Brasil, o que mais se destaca é o grupo das famílias que não têm nenhum membro ocupado: a proporção de jovens desocupados neste grupo é de, respectivamente, 22,2% e 24,7%. A proporção dos demais grupos do Nordeste e do Brasil está acima das respectivas médias. A menor participação de jovens desocupados, dentro dos grupos selecionados para essa primeira análise, encontra-se na camada média de trabalhadores autônomos: no Nordeste, 12,3% dos jovens cujas famílias pertencem a esse grupo estão desocupados; no Brasil, 15,4% dos jovens do grupo.

Enfim, as famílias dos jovens ocupados, no Brasil e no Nordeste, concentram-se em grupos ocupacionais também precários, com destaque para os proprietários rurais conta própria. Em relação aos jovens desocupados, o fato de o grupo de famílias, nas quais nenhum membro está ocupado, concentrar um número razoável de jovens desocupados (no Brasil: 24,7% e no Nordeste: 22,2%),

evidencia a gravidade que o problema do desemprego tende a assumir do ponto de vista social. Comparando-se a estrutura individual com a familiar dos jovens ocupados e desocupados, no Nordeste e no Brasil, percebe-se que em ambos a posição familiar é “melhor” do que a individual, na medida em que, na estrutura familiar, a participação de jovens nas primeira e segunda camadas é maior e, nas terceira e quarta, menor do que na estrutura individual. Deste modo, pode-se inferir que a família ainda exerce alguma influência no sentido de *atenuar* os impactos sociais do desemprego e da precarização,

Embora predominantemente descritivo, este ensaio de análise das estruturas ocupacionais individual e familiar buscou fornecer alguns elementos – históricos e estatísticos - que permitam vislumbrar qual era o cenário ocupacional, do jovem de 15 a 19 anos, vigente na região Nordeste em 1998, e quais as suas semelhanças e diferenças com a situação ocupacional do jovem no Brasil, neste mesmo ano. Comentários de cunho mais analítico procurarão ser feitos nas considerações finais deste trabalho.

## ***Considerações Finais***

Os anos 90 representaram, para o Brasil, uma ruptura com o antigo padrão de desenvolvimento que, baseado no projeto de industrialização nacional, vigorou até a década de 1980. Desde então, o desenvolvimento econômico do país ingressou em um novo momento, marcado por processos desestruturadores e reestruturadores no parque produtivo e no mercado de trabalho brasileiro. O mundo do trabalho entrou em uma crise sem precedentes, com a presença forte de fenômenos socialmente perversos, como o crescimento vertiginoso do desemprego e a progressiva precarização das condições e das relações de trabalho.

Partindo do pressuposto de que os impactos dessa crise não são homogêneos, ou seja, tendem a afetar de forma diferenciada as regiões geográficas do país e a se concentrar mais intensamente no segmento jovem da população economicamente ativa, este trabalho de final de curso pretendeu apreender os efeitos dessas transformações recentes nos jovens, entre 15 e 19 anos, da região Nordeste, através de um esforço de analisar, a partir de dados da PNAD, a situação ocupacional desses jovens nordestinos no ano de 1998.

Para tanto, julgou-se pertinente reconstituir, ainda que não aprofundadamente, o comportamento do mercado brasileiro desde a sua formação e diante das transformações econômicas e sociais ocorridas na história recente do país. Pretendeu-se, assim, salientar a importância das heranças sociais na exacerbação dos efeitos negativos, oriundos do processo de desestruturação do mercado de trabalho (capítulo 1). Esta desestruturação, que se consubstancia na década de 1990, foi gerada a partir da implementação de uma política econômica que combinou abertura comercial indiscriminada, sobrevalorização da moeda e juros elevados com a ausência de políticas capazes de orientar a reestruturação industrial, de modo a amortecer seus efeitos danosos sobre o mundo do trabalho.

Saliente-se que, dentre essas heranças nefastas, destaca-se a questão agrária, pela sua importância na discussão das origens das desigualdades regionais. De um modo geral, a não eliminação do latifúndio contribuiu para a formação de um reservatório de mão-de-obra que, sobretudo no Nordeste, agravou o caráter excludente do mercado de trabalho e persistiu mesmo nas fases em que a economia brasileira apresentava sinais de dinamismo econômico e social. Entende-se, pois, por que a exclusão social representa um dos grandes problemas estruturais da sociedade brasileira.

No capítulo 2, buscou-se configurar as especificidades da região Nordeste, isto é, os traços estruturais presentes em seu processo de formação. Salientou-se que a constituição dessa região inseriu-se num movimento maior - o de configuração do próprio padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil - que, por sua vez, (re)definiu os papéis da região no quadro de uma divisão inter-regional do trabalho desfavorável: a função do Nordeste passou a ser a de fornecer mão-de-obra e, posteriormente, insumos industriais. Deste modo, a industrialização nordestina foi marcada por uma forte dependência e complementariedade, em relação à expansão brasileira liderada pelo Sudeste.

No tocante às especificidades do mercado de trabalho nordestino, destaca-se o grande peso dos trabalhadores conta própria e sem remuneração, apesar do avanço do assalariamento que, no Nordeste, esteve muitas vezes infiltrado por relações informais de trabalho. Por razões históricas, a intensidade do processo de acumulação de capital e da expansão do emprego mostraram-se menores na região nordestina, cuja realidade é diferenciada e complexa, na medida em que coexistem estruturas modernas e dinâmicas junto com as tradicionais.

As discussões resgatadas nesses dois capítulos serviram de referência para a construção do terceiro, que tentou analisar o impacto das transformações dos anos 90 na situação ocupacional dos jovens nordestinos de 15 a 19 anos, centrando-se no ano de 1998. Como ponto de partida, considerou-se que a relativa estabilidade do padrão de inserção ocupacional dos jovens, presente até 1980, deu lugar a uma elevada instabilidade, marcada pelas possibilidades

escassas de os jovens ingressarem nos setores modernos e regulares do mercado de trabalho, pelo elevado desemprego juvenil e pelas dificuldades crescentes de obtenção do primeiro emprego.

Tendo como pano de fundo essas referências, tentou-se empreender um esboço de análise dos dados reunidos sobre a situação ocupacional do jovem no Nordeste, entre 15 e 19 anos, em 1998. O intuito foi o de identificar, através das estruturas ocupacionais individual e familiar, as principais atividades desempenhadas pelos jovens no mercado de trabalho, relacionando-as às suas origens familiares. Comparando o segmento jovem com o conjunto da população no Nordeste e no Brasil, conseguiu-se chegar a alguns dados importantes.

O primeiro deles diz respeito ao fato de que, no Nordeste, a proporção de jovens ocupados no total de ocupados na região é maior que a do Brasil. Tal dado pode significar que a necessidade de o jovem trabalhar no Nordeste é mais premente, indicando uma situação social mais grave nesta região. Qualificando-se as ocupações destes jovens nordestinos, notou-se, com efeito, que a maior parte dos mesmos desempenha atividades precárias: 71% dos jovens ocupados insere-se na camada social pior situada e quase 40% deles encontra-se trabalhando em atividades não remuneradas. Observando-se o conjunto da população ocupada nordestina, fica evidente que os jovens são os mais afetados pela precarização, representada pelo elevada participação de jovens ocupados em atividades não assalariadas e pior situadas socialmente. *No Brasil, essa precarização também é significativa e impacta mais o segmento juvenil da população ocupada, mas, no Nordeste, a mesma é ainda mais intensa.*

No que se refere ao desemprego, quase metade dos jovens nordestinos desocupados que já trabalharam encontrava-se, antes, vinculada às atividades assalariadas, tanto entre os jovens como na totalidade da população nordestina desocupada. Ressalte-se que, no Brasil, a participação dessas atividades no desemprego é ainda maior. Um grupo ocupacional que se destacou na participação de jovens desocupados foi o de trabalhadores domésticos: no Nordeste, tal grupo engloba 1/4 dos desocupados e, no Brasil, 1/5.

Outro dado importante a assinalar é que, tanto no Brasil quanto no Nordeste, a proporção de desocupados sobre a população total (acima de 10 anos) é menor do que a mesma proporção nos jovens, indicando que o jovem também é mais afetado pelo desemprego do que o conjunto da população. Percebeu-se também que, no país e na região, o contingente de jovens desocupados no ano, relativamente ao total de jovens desocupados que já trabalharam, é maior do que o de jovens desocupados em anos anteriores. A diferença encontrada é que, em todas as estatísticas trabalhadas, a proporção de jovens nordestinos desocupados em relação ao total de jovens da região está abaixo da média nacional. *É verdade que, no Nordeste e no Brasil, a desocupação é mais intensa entre os jovens. Todavia, o peso de jovens desocupados sobre ocupados no Brasil é maior do que no Nordeste. Conclui-se, então, que o impacto da desocupação nos jovens é menor no Nordeste do que no Brasil, indicando que a crise nordestina está menos marcada pelo desemprego do que a nacional, e mais pela ocupação precária.*

Os dados concernentes à distribuição dos jovens segundo a estrutura ocupacional familiar – que incluem a busca do primeiro emprego - também permitiram a apreensão de alguns indicadores significativos. Mais uma vez, e sob a ótica da família, tem-se que o desemprego juvenil é mais intenso do que o do conjunto da população, ou seja, os jovens do Nordeste e do Brasil são mais afetados por esse fenômeno do que a totalidade da população. No Nordeste, 19% da PEA juvenil e 9,4% da PEA total estão desocupados enquanto que, no BRASIL, esses números passam para 25% e 11,2%, respectivamente. Deste modo, a estrutura familiar, como se ressalta a seguir, confirma que os efeitos do desemprego são menos intensos no Nordeste. Resta comentar que, na região e no país, mais da metade os jovens desocupados está à procura do primeiro emprego.

Com efeito, parte considerável dos jovens nordestinos ocupados – e isto ocorre também no Brasil como um todo - pertence ao grupo familiar dos proprietários rurais conta própria e o peso de jovens desocupados em famílias sem ocupação é elevado, evidenciando a gravidade desse problema social.

Apesar disto, o pertencimento de jovens (ocupados e desocupados) em famílias melhor situadas socialmente, ainda contribui, de alguma forma, para atenuar os impactos perversos da precarização e do desemprego.

Pode-se inferir, pelos dados encontrados, que a crise de reprodução social no Nordeste, no tocante aos jovens, *materializa-se mais pelo lado da ocupação precária do que pelo lado da desocupação*. Enquanto que o desemprego juvenil no Nordeste está abaixo da média nacional, a proporção de jovens ocupados e em piores ocupações é maior na região nordestina, ficando claro que a dificuldade de inserção do jovem nordestino no mercado de trabalho refere-se, principalmente, às ocupações socialmente melhor situadas.

Conseqüentemente, a compreensão da situação ocupacional do jovem na região Nordeste *transcende a questão do desemprego, ou seja, deve-se considerar a intensidade e as repercussões de fenômenos como a precarização, a informalidade e a exclusão social, sem perder de vista que os mesmos são favorecidos pelo excedente estrutural de mão-de-obra – característica marcante dessa região, desde as origens de sua formação histórica*.

Desta forma, eventuais tentativas de enfrentamento do problema representado pela maior necessidade de o jovem nordestino de 15 a 19 anos trabalhar - associada à sua crescente dificuldade de inserção em atividades regulares e melhor situadas - (na maioria das vezes em detrimento dos estudos), não podem deixar de considerar que a situação atual da juventude nordestina é fruto do impacto de transformações danosas, em uma região fortemente marcada pela miséria e pelo atraso.

A reversão de todo esse quadro perverso – no Nordeste e no país – implica, entre outras coisas, o equacionamento efetivo da questão agrária, somente possível encarando-se o problema politicamente, na perspectiva da necessidade de redefinição do próprio “modelo” de desenvolvimento brasileiro.

## **Bibliografia**

- AMADEO, E., CAMARGO, J. M. *et alli*. *A Natureza e o Funcionamento do Mercado de Trabalho Brasileiro desde 1980*. Texto para Discussão nº 353, IPEA, 1994.
- ANDRADE, M. C. A questão regional: o caso do Nordeste. In: MARANHÃO, S. (org). *A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A . & BARROS SILVA, P. L. (orgs). *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP, Editora da UNESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. Industrialização do Nordeste: Intenções e Resultados. In: MARANHÃO, S. (org). *A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- BALTAR, P. & MATTOSO, J. Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente. In: REIS VELOSO, J. P. (Coord.). *Brasil: desafios de um País em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.
- BALTAR, P. E. A. & HENRIQUE, W. Emprego e Renda na Crise Contemporânea no Brasil. In: MATTOSO, J., NETTO, J. F., OLIVEIRA, C. A. & OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O Mundo do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.
- BALTAR, P. & DEDECCA, C. S. Notas sobre o mercado de trabalho no Brasil durante a industrialização restringida. *Cadernos do CESIT*, Campinas, n. 12, 1992.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

- CAMARGO, J. M. Estabilização, emprego e restrição externa. In: REIS VELOSO, J. P. (Coord.). *Brasil: desafios de um País em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARNEIRO, R. M. *Reformas liberais, estabilidade e estagnação – A economia brasileira na década de 90*. Campinas: UNICAMP/IE, 2000. (Tese de Livre-Docência).
- FREYRE, G. *Nordeste - Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.
- GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, R. B. A. & BARROS SILVA, P. L. (orgs). *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP, Editora da UNESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O emprego urbano no Nordeste: Situação atual e evolução recente 1950/1970*. Recife, BNB, ETENE, GEDUR, 1976.
- HENRIQUE, W. *O capitalismo selvagem - Um estudo sobre desigualdade no Brasil*. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. (Tese de Doutorado).
- LEITE, M. P. Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra. In: MATTOSO, J., NETTO, J. F., OLIVEIRA, C. A. & OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O Mundo do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.
- MATTOSO, J. *O Brasil Desempregado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- OLIVEIRA, C. A. B. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (org). *Economia & Trabalho – textos básicos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- PERRUCI, G. A Formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, S. (org). *A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- POCHMANN, M. & MATTOSO, J. Mudanças estruturais e o trabalho no Brasil do anos 90. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.10, 1998.

POCHMANN, M. *A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. *Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90*. Campinas: 1998a, (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: ABET, 1998b.

QUADROS, W. J. *Notas sobre o desemprego juvenil no Brasil, em 1998*. Campinas: 2000, (versão preliminar).

QUADROS, W. J. *O "Milagre Brasileiro" e a Expansão da Nova Classe Média*. Campinas: UNICAMP/IE, 1991. (Tese de Doutorado).